

3

Causos do ECA

*Histórias de
Todos Nós*



O Estatuto da Criança e
do Adolescente no Cotidiano



Causos do ECA

*Histórias de
Todos Nós*



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Causos do ECA: Histórias de Todos Nós.

O Estatuto da Criança e do Adolescente
no Cotidiano / São Paulo : Fundação Telefônica,
2007.

Vários autores

128 p.

ISBN 978-85-60195-01-5

1. Estatuto da Criança e do Adolescente
2. Relatos de experiência I. Título

Causos do ECA

*Histórias de
Todos Nós*

O Estatuto da Criança e
do Adolescente no Cotidiano

Causos do ECA: Histórias de Todos Nós
O Estatuto da Criança e do Adolescente no Cotidiano

Iniciativa Fundação Telefônica

Antonio Valente	Presidente do Conselho Curador
Sérgio Mindlin	Diretor Presidente
Maria Gabriella Bighetti	Gerente de Projetos
Patricia Mara Santin	Coordenadora de Projetos e Coordenação da Publicação

Portal Pró-Menino

Gestão Executiva

Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor da FIA

Profª. Dra. Rosa Maria Fischer	Diretora Geral
Profª. Dra. Graziella Maria Comini	Coordenadora do do Portal Pró-Menino
Fu Kei Lin,	Coordenação da Publicação
Gabriela Aratangy Pluciennik e Gisella Werneck Lorenzi	
Marcela Tahan e Marcelo Iha	Coordenação de Edição

Autores dos Causos Alda Pinto Menine, André de Bastos Cardoso, Andréa Nunes Faria da Silva, Carla Soares Martin, Cirlene Maria Vilas Boas Cunha, Felipe Domingos de Mello, Girvani José Sulzbacher Seitel, Ivanete Nunes de Oliveira, Jose Renato Claudio Bizerra, Juliana Inês Casa, Marcela Galvão Bernardi, Marcela Perdão Capelletto, Mirian Gomes da Silva Andrade, Paulo Fernando Lopes Ribeiro, Vanilda Maria Fonseca Santos.

Autores dos Comentários Antonio Carlos Gomes da Costa, Antônio Fernando do Amaral e Silva, Auro Danny Lescher, Gabriel o Pensador, Heródoto Barbeiro, Karyna Sposato, Maria Cecília Moura, Maria de Lourdes Trassi Teixeira, Maria do Carmo Brant de Carvalho, Marta Gil, Patrícia Saboya, Paula Miraglia, Renato Aragão, Renato Mendes e Sérgio Haddad. O Prefácio é de Veet Vivarta.

Estúdio Girassol	Projeto Gráfico e Produção Editorial
Beth Kok	Desenhos
Esperanza Martin Sobral	Diagramação e Editoração Eletrônica
Eliaana Aloia Atihé	Revisão de Texto e Editorial



Apresentação

A Responsabilidade Corporativa é um compromisso público do Grupo Telefônica e os projetos de investimento social desenvolvidos por meio da Fundação Telefônica fazem parte de nossa estratégia global de atuação. Por isso, é uma grande satisfação confirmar o amadurecimento de um projeto como o Concurso Causos do ECA, promovido por nosso Portal Pró-Menino, que chega à sua terceira edição com o número recorde de 665 inscrições e com testemunhos inspiradores da validade e da efetividade da aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Entre as histórias recolhidas, destacam-se iniciativas que demonstram como o trabalho em rede fortalece e dá perspectivas para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Os brasileiros vêm confirmando que cidadania se constrói em conjunto, a partir da soma entre iniciativa individual, iniciativa privada e instituições sólidas, fiscalizadas e acionadas pelas pessoas, com inclusão de todos os envolvidos nas decisões e orientações sobre o presente e o futuro de nosso País.

A Telefônica sente-se parte desse processo de amadurecimento da democracia nacional. Isso porque, desde sua chegada ao Brasil, estabeleceu sua Fundação e iniciou um trabalho de estreito relacionamento com os atores envolvidos com a defesa e promoção dos direitos das crianças. Somamos esforços com o governo e entidades sem fins lucrativos porque acreditamos que temos a responsabilidade de desempenhar um papel importante na construção de um País com igualdade de oportunidades para todos.

Esses esforços estão presentes nos 13 países da América Latina em que a Telefônica atua. O programa Pró-Menino integra o programa Proniño, cujo principal objetivo é contribuir para a erradicação do trabalho infantil na região.

É isso que nos faz celebrar, com júbilo, mais uma edição do Causos do ECA. Entre os nós que compõem esta rede, sabemos que esta publicação representa um importante capítulo na história pela melhoria da qualidade de vida das crianças e jovens brasileiros.

Antonio Carlos Valente

Presidente do Grupo Telefônica no Brasil e do Conselho Curador da Fundação Telefônica

Introdução

A garantia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil é um processo histórico que tem, na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma importante conquista e um marco para o País. Desde então, a luta coletiva acontece no cotidiano de milhares de pessoas que, por meio de suas organizações ou mesmo individualmente, validam, legitimam e provocam o funcionamento do sistema de garantia de direitos, e tem na co-reponsabilização e no trabalho em rede o seu real espírito.

Causos do ECA: Histórias de Todos Nós é fruto da terceira edição do Concurso Causos do ECA, realizado pelo Portal Pró-Menino, iniciativa da Fundação Telefônica em parceria com o Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (CEATS-FIA). O concurso busca captar e disseminar ações cidadãs de defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente. Os livros publicados são a memória viva de um presente que tem urgência de ser sedimentado e multiplicado.

As 665 histórias enviadas em 2007 consolidaram o concurso, quintuplicando o número de inscritos em relação aos anos anteriores. Mais divulgação e conhecimento da ação, sem dúvida, são os motivos desse aumento substancial. No entanto, não é exagero enfatizar que a própria causa dos direitos da criança e do adolescente vem conquistando mais e mais espaços significativos em nossa sociedade. A força da rede nacional que vai, aos poucos, se fortalecendo, contribui para que a lei encontre, na realidade, sua força criativa. As 15 histórias narradas refletem engajamento e envolvimento, bem como a certeza de que a ação de um representa o começo da mobilização e das ações de muitos.

Dividimos os causos deste livro nas duas categorias do concurso, seguindo a mesma distribuição: “ECA como instrumento de transformação” e “ECA na Escola”. A diferença entre as categorias é que “ECA na Escola” é composta de histórias cujas ações se dão no ambiente escolar, enquanto “ECA como instrumento de transformação” reúne ações que podem ocorrer em quaisquer outros espaços (organizações sociais, conselhos, famílias etc).

A categoria “ECA como instrumento de transformação”, representada por 79% dos inscritos, apresenta como tema mais frequente questões relativas à convivência familiar,

com significativa ocorrência da própria família como violadora dos direitos infanto-juvenis. São violações como abuso sexual, negligência e abandono, todas de difícil manejo e que exigem a ação de uma multiplicidade de profissionais competentes e sensíveis.

Na categoria “ECA na Escola”, destacam-se as ações de disseminação do Estatuto no ambiente escolar. É possível inferir, a partir do envio dos casos, a gradual abertura da escola a questões de divulgação pedagógica do ECA em sala de aula, por meio de projetos especiais, como mostram alguns dos relatos. Vislumbra-se, também, embora de forma tímida, a escola como parte de uma rede de atendimento e proteção, enfrentando os desafios da violação de direitos, por meio de desejáveis parcerias com os Conselhos Tutelares, organizações não-governamentais e programas governamentais. Essas relações de parceria mereceram a cuidadosa consideração do corpo de jurados para a escolha dos vencedores de ambas as categorias.

O júri da terceira edição foi composto por cinco profissionais vindos das áreas da educação, da assistência social e da militância pelos direitos infanto-juvenis, que travaram importante discussão a partir das leituras dos 20 finalistas selecionados pela equipe do Portal. São eles: Antonio Carlos Gomes da Costa, pedagogo e um dos redatores do Estatuto da Criança e do Adolescente; Maria do Carmo Brant de Carvalho, coordenadora geral do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC); Maria de Lourdes Trassi Teixeira, psicanalista e professora da PUC-SP; Sérgio Haddad, coordenador geral da Ação Educativa; e Veet Vivarta, secretário-executivo da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI). O processo de discussão e definição dos premiados foi, mais uma vez, muito rico. O acalorado debate gerou um resultado de extrema qualidade.

Além dos três vencedores de cada categoria, a equipe do Portal escolheu, pela relevância do tema, qualidade do texto e exemplar aplicação da lei, outros nove casos para compor a publicação. Inclusão de jovens com deficiência, violência doméstica, trabalho infantil, jovens em conflito com a lei, abuso sexual, abrigo, moradores de rua, disseminação do ECA, inclusão por meio de projeto social e ação cidadã de garantia dos direitos fundamentais, como registro civil e transporte público, constituem os temas do livro.

Vale ressaltar, também, a presença significativa do Conselho Tutelar em boa parte dos relatos das duas categorias, pela relevância de seu papel, como um dos atores fundamentais da rede de atendimento à criança e ao adolescente.

Os casos são acompanhados por pequenos comentários e reflexões de especialistas e personalidades que aceitaram emprestar sensibilidade e conhecimento para tornar

a leitura das histórias ainda mais comovente: Antônio Carlos Gomes da Costa, Antônio Fernando do Amaral e Silva, Auro Leshner, Gabriel, o Pensador, Heródoto Barbeiro, Karyna Sposato, Maria Cecília Moura, Maria de Lourdes Trassi Teixeira, Maria do Carmo Brant de Carvalho, Marta Gil, Paula Miraglia, Patrícia Saboya, Renato Aragão, Renato Mendes e Sérgio Haddad.

É extremamente gratificante saber que as publicações produzidas a partir dos cursos Causos do ECA têm sido amplamente utilizadas em salas de aula, oficinas de capacitação, projetos sociais e governamentais e que, portanto, cumprem sua razão de ser: contribuir para a cultura da cidadania, disseminando e encorajando cidadãos e instituições a fazerem valer uma lei que resguarda e protege o que uma nação tem de mais precioso – as suas crianças e seus adolescentes.

O resultado disso tudo está aqui. São histórias que movimentam rodas de solidariedade, de competência técnica, que aprimoram instituições e políticas sociais. Histórias de meninos e meninas dos quatro cantos do País, comoventes porque transformadoras de vidas. São histórias de Bárbara, de Flávia, de João, de Cassiano... Histórias de todos nós. Esperamos que você goste!

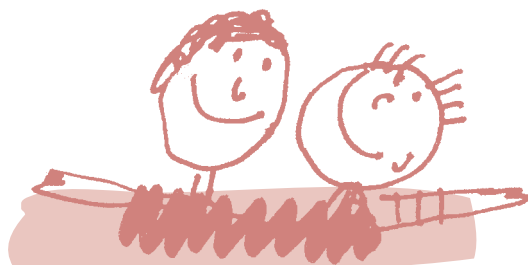
Equipe do Portal Pró-Menino

Índice

16 Prefácio

ECA como instrumento de transformação

- 21 Em busca de um direito – 1º lugar
Alda Pinto Menine – Comentarista: Antônio Fernando do Amaral e Silva
- 27 Xeque-mate – 2º lugar
Carla Soares Martin – Comentarista: Auro Danny Lescher
- 33 O anel que tu me destes – 3º lugar
Andréa Nunes Faria da Silva – Comentarista: Maria de Lourdes Trassi Teixeira
- 41 Caminhos do Paraíso – Menção honrosa
Felipe Domingos de Mello – Comentarista: Renato Aragão
- 47 Qual é o seu nome, menino? – Menção honrosa
Jose Renato Claudio Bizerra – Comentarista: Paula Miraglia
- 54 Esperança que não se chama papelão – Menção honrosa
Juliana Inês Casa – Comentarista: Renato Mendes
- 62 Naquela tarde de sábado, quem mais brilhou foi o ECA – Menção honrosa
Paulo Fernando Lopes Ribeiro – Comentarista: Maria do Carmo Brant de Carvalho
- 69 Jéferson e Ana em busca de uma vida melhor – Menção honrosa
Vanilda Maria Fonseca Santos – Comentarista: Karyna Batista Sposato



ECA na Escola

- 79 Um dos maiores tesouros: o Saber – 1º lugar
André de Bastos Cardoso – Comentarista: Heródoto Barbeiro
- 85 Do silêncio ao sorriso – 2º lugar
Ivanete Nunes de Oliveira – Comentarista: Antonio Carlos Gomes da Costa
- 92 Educação e superação: uma realidade! – 3º lugar
Marcela Perdão Capelletto – Comentarista: Maria Cecília de Moura
- 98 Quem roubou meu futuro? – Menção honrosa
Cirlene Maria Vilas Boas Cunha – Comentarista: Gabriel o Pensador
- 105 O Estatuto da Liberdade – Menção honrosa
Girvani José Sulzbacher Seitel – Comentarista: Sérgio Haddad
- 112 Antes de ensinar, aprender – Menção honrosa
Marcela Galvão Bernardi – Comentarista: Marta Gil
- 119 Mãos que acariciam não batem. Vale a pena acreditar – Menção honrosa
Mirian Gomes da Silva Andrade – Comentarista: Patrícia Saboya
- 126 Índice remissivo

Prefácio

Hoje em dia, faz todo o sentido olhar, em perspectiva, algumas críticas que eram bastante comuns no período em que o Estatuto da Criança e do Adolescente veio à luz. Em meados daquele ano de 1990, não faltaram vozes a vaticinar, por exemplo, que, apesar do conteúdo extremamente meritório, em pouco tempo o documento estaria integrando o extenso rol de legislações que “não pegam”. Era uma lei que funcionaria muito bem para a Suíça, dizia-se, porém nada apropriada para enfrentar as históricas e estruturais dificuldades que nosso Brasil acumulara em relação à garantia dos direitos de meninos e meninas.

Mas o tempo passou e o Estatuto da Criança e do Adolescente não só “pegou”, como se transformou em referência para diversas outras legislações que buscam assegurar qualidade de vida e oportunidades dignas a segmentos populacionais específicos. O segredo? Antes de mais nada, sua consistência técnica diante dos inúmeros e complexos aspectos que uma agenda dessa magnitude deve necessariamente responder – não por acaso, várias das mãos ocupadas na elaboração do ECA também estavam diretamente comprometidas, naquela mesma época, em dar forma à Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, datada de novembro de 1989.

Tanto quanto este primeiro aspecto, entretanto, pesou para o sucesso do Estatuto o fato de sua lógica estar profundamente entranhada de valores e procedimentos típicos de um modelo participativo de democracia. O ECA buscava trazer para a realidade concreta os preceitos estabelecidos pela Constituição Federal em seu artigo 227: cabia à família, à sociedade e ao Estado assegurarem, com absoluta prioridade, os direitos de crianças e adolescentes. Ou seja, o envolvimento direto, não apenas dos poderes constituídos, mas também de todos os cidadãos e cidadãs, era demandado pela Carta Magna.

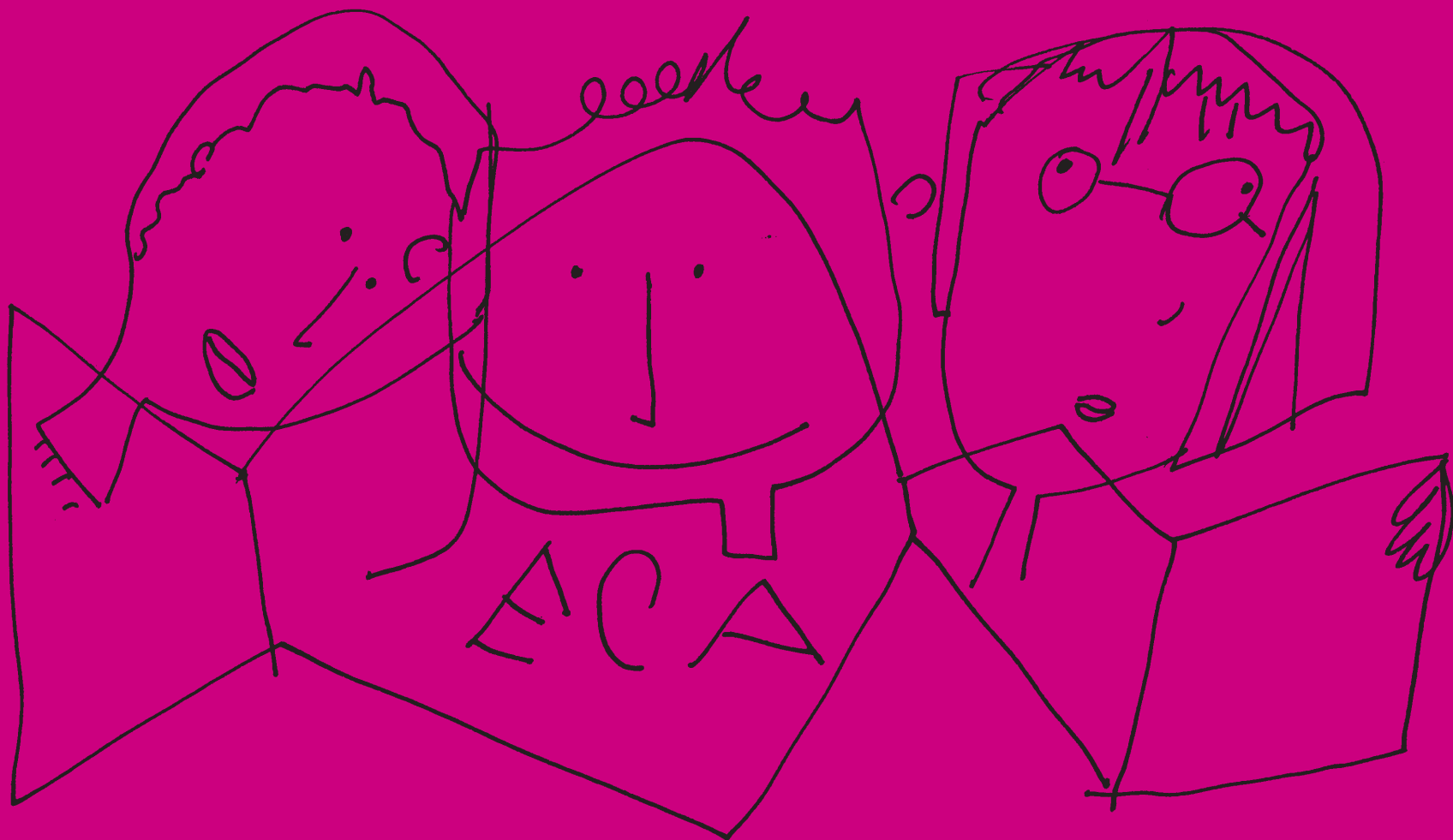
Temos agora prova bastante robusta de que essa proposta de mobilização dos diversos setores da sociedade, explicitada no Estatuto, conseguiu avançar para além do estágio das boas idéias / intenções – aquelas que, segundo o ditado popular, abarrotam os quintos infernais. Trata-se de considerar o fato de que, nas duas últimas décadas, o Brasil viu consolidar-se, mesmo que de forma lenta e não-homogênea, um amplo Sistema de Garantia de Direitos voltado à infância e adolescência.

Observar esse dinâmico sistema em funcionamento é uma verdadeira aula de cidadania aplicada – daí o valor inestimável dos casos que compõem o presente livro. Vale alertar que leitores e leitoras, ao cruzarem pelas páginas à frente, estarão expostos a sentimentos de frustração, de indignação, de revolta: afinal, custa admitir que, em pleno século 21, ainda tenhamos de conviver cotidianamente com a violação dos direitos essenciais de milhões de meninos e meninas, sua conseqüente exposição e o desperdício de seus potenciais e talentos.

Ao mesmo tempo, cada história selecionada para integrar este livro retrata um ECA encarnado na consciência e na prática de gente dos mais diversos perfis profissionais, das mais diversas regiões geográficas, com as mais variadas histórias de vida, tecendo um processo multiplicador de larga escala, que segue aprofundando suas raízes País afora. Em síntese, os casos aqui apresentados – e mais as centenas de outros que participaram do concurso – permitem radiografar, com nitidez, o impacto de um Estatuto da Criança e do Adolescente que saiu do papel e, conforme esperado em 1990, veio tornar-se um poderoso elemento catalisador no processo de construção de um Brasil mais justo e inclusivo.

Veet Vivarta

Jornalista, secretário executivo da ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância



ECA como instrumento de transformação

A iniciativa de conselheiros tutelares, agentes sociais e de todo e qualquer cidadão pode mudar a vida de uma criança. A categoria “ECA como instrumento de transformação” narra experiências em que a aplicação efetiva do Estatuto da Criança e do Adolescente tornou-se realidade e assim garantiu os direitos de meninas e meninos de todo o Brasil.

Leia, por exemplo, a história de um recenseador do IBGE que, enquanto realizava sua pesquisa rotineira no interior do Ceará, descobriu uma família em que três garotos, entre 10 e 13 anos, não tinham sequer o registro de nascimento e, por isso, não estudavam. O narrador sentiu-se no dever de fazer algo para mudar a situação de violação de direitos daqueles meninos e, motivado pelo ECA, encaminhou-os a tirarem seus documentos e fazerem suas matrículas na escola local.

Na capital de Minas Gerais, uma orientadora social voluntária conta como sua vida e a de sua filha cruzaram-se com a de um garoto que havia cometido ato infracional. A convivência modificou as vidas dos três protagonistas da história. Confira, nas próximas páginas, estes e outros casos que transformaram a vida de crianças e adolescentes.

1º lugar

EM BUSCA DE UM DIREITO

Alda Pinto Menine
Porto Alegre – RS

*Alda é advogada, foi
conselheira de direitos do
município de Porto Alegre
e é vice-presidente da
Comissão da Criança e do
Adolescente da Ordem dos
Advogados do Rio Grande
do Sul (OAB-RS).*



Era mês de fevereiro. O calor intenso fazia Porto Alegre (RS) parecer uma cidade do Nordeste brasileiro. O sol ardia. Nos Estados da Região Sul, nos meses de janeiro e fevereiro, o ritmo de trabalho diminui. “Nada anda”, como se diz. Mas não era esse o nosso caso. No escritório do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente havia muito movimento.

E no vai-e-vem das pessoas, apareceu Mara, uma mulher jovem, cujo rosto aparentava pouca idade, mas muita experiência de vida. Seu corpo franzino mostrava fragilidade física e emocional, marcas de uma caminhada difícil. Mara vestia roupas simples. A blusa azul, com fitinhas amarradas nos ombros, revelava delicadeza, gosto no vestir, uma intenção de se fazer bonita.

Conversamos. Ouvi seu relato, sua história, suas dúvidas e o que ela esperava de mim. Contou-me que suas filhas haviam sido separadas dela por negligência. “Pobreza”, resumiu. Elas se encontravam em situação de abrigo, numa cidade da região metropolitana de Porto Alegre.

Mara contou-me que a audiência de instrução do processo de destituição de poder familiar já estava com data marcada e que o processo corria na Primeira Vara da Infância e da Juventude. Informou-me também que a Defensoria Pública acompanhava o caso. Colhi as informações e marcamos um encontro no fórum da capital, para falarmos com o defensor. Na oportunidade, questionada por ele, Mara disse preferir que eu a representasse a partir daquele momento. Saí da sala com um gigantesco processo nas mãos.

De volta ao escritório, comecei a caminhada em direção à produção de provas para o processo. Estava convencida de que as meninas poderiam ser cuidadas pela mãe e, para isso, era primordial restabelecer o vínculo familiar entre aquelas pessoas. Liguei para todas as entidades de atendimento referidas por Mara. Movimentei a rede de atendimento à criança e ao adolescente, consegui laudos, atestados, declarações. Falei com técnicos e especialistas. Consegui “ver” a rede em movimento, o grau de competência científica, técnica e política dos serviços, a articulação da sociedade civil e dos espaços institucionais.

Com material escrito e relatos orais, tracei um plano possível para a defesa, tendo em vista o direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária, direito de não ser afastado de sua família de origem, em caso de falta ou carência de recursos, e de ter sua família natural incluída em programas oficiais de auxílio.

Sabedora das dificuldades de Mara, mas constatando seu desejo de ter as filhas em sua companhia e também reconhecendo o direito de toda criança e adolescente de “ser criado e educado no seio de sua família”, peticionei no sentido de que a instrução não se encerrasse por ocasião da audiência, e fosse dado prazo para a mãe se organizar. Requeri o desligamento das meninas da entidade de abrigo.

Na solenidade, as testemunhas foram unânimes em afirmar o afeto existente entre mãe e filhas, a dificuldade enfrentada por Mara para visitá-las no abrigo fora de Porto Alegre e sua caminhada de reconstrução da própria vida, reconhecida sua fragilidade social e emocional. Ao meu lado, Mara escutava os depoimentos e se comovia. Em determinado momento, senti que o magistrado poderia aceitar as teses da defesa, não decretando a destituição do poder familiar, mas percebendo o esforço da mãe na busca de sua transformação e fortalecimento.

E isso aconteceu. Graças às provas apresentadas, o juiz decidiu em favor de Mara e despachou no sentido de comprometer a rede a trabalhar com sua família, fortalecendo as relações afetivas e as condições sociais da mãe. Mara chorou.

Novamente no escritório, encontrei-me diante da dificuldade de realizar todas as tarefas que o caso exigia. Argumentei com minha coordenação sobre a necessidade de uma assistente social que pudesse me auxiliar e dar seguimento ao caso junto à rede. Minha entidade estava passando por dificuldades de financiamento e a saída encontrada foi localizar uma profissional que trabalhasse como voluntária, mesmo que apenas por um mês.

Assim foi feito. Lúcia, assistente social comprometida com a causa da criança e do adolescente, consciente da problemática vivida por Mara e suas

filhas, prontificou-se a fazer visitas domiciliares, a falar com os serviços e a estabelecer as ligações possíveis, fornecendo relatórios sobre suas atividades. Mara voltou a visitar as filhas no abrigo. Relatou-me que as crianças tinham se mostrado receptivas, ficando felizes quando ela chegou. Até perguntaram à mãe quando voltariam para casa.

O filho mais velho de Mara e algumas pessoas da comunidade ocupam-se em construir um dormitório para as meninas, com material obtido através de requerimento ao Departamento Municipal de Habitação. Asseguramos vagas para ambas numa creche comunitária, por meio do Serviço de Apoio Sócio-Educativo e da escola. Tudo se prepara para que as meninas voltem para casa e lá encontrem um local decente e acolhedor, onde possam crescer com amor, dignidade e segurança.

Mara foi novamente entrevistada pela equipe interprofissional do Juizado da Infância e da Juventude. O trabalho dos profissionais avança no sentido de fortalecer os vínculos afetivos da família, assegurando a colocação da mãe em programas oficiais de auxílio. Mara organiza sua vida pessoal.

Neste caso e em situações análogas, vê-se a elevada eficácia jurídica do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na linha de proteção e defesa, bem como suas diretrizes para balizar as ações empreendidas, alcançando a efetivação de direitos. O ECA operacionalizou uma enorme e positiva modificação na vida de pessoas fragilizadas, dando-lhes voz e garantia de seus direitos.

No momento em que se discute nacionalmente a importância da preservação dos laços familiares, por meio do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, o caso de Mara e suas filhas pode ser visto como exemplo de mudança de paradigma, pois dá relevância aos afetos e procura fortalecer as famílias fragilizadas frente à brutal desigualdade social de nosso País.

Antônio Fernando do Amaral e Silva

Em busca de um direito

“Em busca de um direito” constitui um relato da triste realidade do cotidiano de centenas de mulheres – mães, muitas delas jovens, inclusive adolescentes, excluídas socialmente, às quais, com frequência, se nega o sagrado direito fundamental do exercício da maternidade, com o subterfúgio de atender ao superior interesse da criança.

Em que pese o avanço do Estatuto da Criança e do Adolescente no artigo 23, proibir a perda ou a suspensão do poder familiar exclusivamente por falta ou carência de recursos, determinando seja a criança mantida na família de origem, “a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio”, muitos continuam pensando na simplista, autoritária e imprópria solução da entrega da criança a terceiros mais bem aquinhoados da sorte.

A perda do poder familiar por pobreza e, ainda hoje, em alguns casos, até por preconceito da família, quebra laços, extirpa raízes e priva a criança do

sagrado direito à sua origem. O sublime instituto da adoção não pode originar-se do oportunismo, muito menos atender apenas ao interesse do exercício da maternidade e paternidade daqueles aos quais a natureza não brindou com tal possibilidade.

O relato da advogada Alda Pinto Menine, além de útil roteiro dos cuidados necessários em casos de suspensão ou destituição do poder familiar, constitui prova do que pode o Estatuto quando é teleologicamente interpretado e aplicado.

Correta é a afirmação da autora: “O ECA operacionalizou uma enorme e positiva modificação na vida de pessoas fragilizadas, dando-lhes voz e garantia de seus direitos.”

O melhor ou, como queiram, o superior interesse da criança, garantido pelo artigo 3º da Convenção e pelo artigo 6º do Estatuto, só pode ser interpretado lógica e sociologicamente, tendo-se em conta que tal garantia integra complexa gama de direitos, entre os quais

sobreleva o direito à sua própria família, principalmente à sua história, à sua origem, à sua mãe.

Antônio Fernando do Amaral e Silva é desembargador e presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Foi um dos redatores do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 19 - Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Art. 23 - A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder.

Parágrafo único. Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio.

Art. 24 - A perda e a suspensão do pátrio poder serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o art. 22.

Art. 92 - As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

- I - preservação dos vínculos familiares;
 - II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
 - III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;
 - IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
 - V - não-desmembramento de grupos de irmãos;
 - VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
 - VII - participação na vida da comunidade local;
 - VIII - preparação gradativa para o desligamento;
 - IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.
- Parágrafo único. O dirigente de entidade de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.

Art. 155 - O procedimento para a perda ou a suspensão do pátrio poder terá início por provocação do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse.

Artigos do ECA

Em busca de um direito

2º lugar

XEQUE-MATE

Carla Soares Martin
São Paulo – SP

*Carla é jornalista,
educadora social e
especialista em
“Escolarização e
Diversidade” pela
Faculdade de Educação
da Universidade de
São Paulo (FE-USP).*



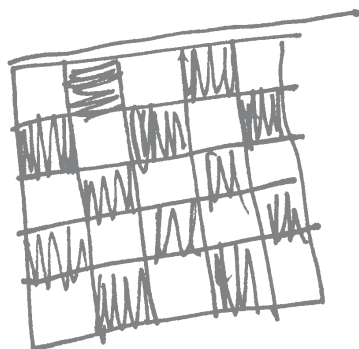
Céu azul, areia branca, águas cristalinas. No rio Rubão, em São Vicente (SP), na Baixada Santista, um menino negro, alto e magricela diverte-se com os amigos da comunidade do Jardim Rio Branco. Na primeira cidade histórica brasileira, a periferia não chega ao mar. As casas ficam à margem de córregos, em ruas de terra batida. Mas Robinho não liga. Prefere o rio Rubão. Sobe com agilidade na encosta e se exhibe, com saltos habilidosos de quem é íntimo do lugar. É o mais corajoso. Sorriso estampado no rosto, nem parece aquele jovem que a equipe de educadores conheceu perambulando pelas ruas do centro de São Paulo (SP).

São Paulo, novembro de 2005. Aos 15 anos, Robinho vagueia pelas ruas enrolado numa manta esburacada. De semelhança com o menino do rio, apenas os pés descalços, resquício da cultura caiçara. Escolhe como moradia a porta de um estabelecimento comercial que vende produtos pagos em muitas prestações. Pede dinheiro na loja da rede de fast-food mais famosa do mundo.

Principal tarefa dos educadores: construir uma relação sincera com o menino. Só assim ele se sentirá à vontade para falar de sua vida, suas dificuldades, seus sonhos. Entre muitas partidas de futebol, damos o primeiro drible certo nesse santista roxo. Robinho se abre. Conta que foi campeão de xadrez na escola e que era louco por música. Menos por rock, é bom que se diga.

Por que saiu de casa? Conflito com a família. Filho mais velho dos cinco que moram com seu Arnaldo – os outros dois vivem em outros lares –, Robinho não se dispõe muito a ajudar nos afazeres domésticos que divide com a madrasta, nem consegue se adaptar à insistência dela em frequentar assiduamente a igreja. Sente falta do apoio do pai na garantia de seus direitos fundamentais, como fazer a matrícula da escola e tirar documentos para trabalhar. Prefere refugiar-se na próspera São Paulo, onde conseguir dinheiro é “fácil”, mas a vida é difícil e solitária.

“Tá molhado?”, “Tá fazendo muito frio?”, “Tem muita intervenção da polícia?”. É hora de voltar para casa. Robinho já está com saudades da família, dos amigos, do rio Rubão.



Fevereiro de 2006. Primeiro retorno de Robinho à família. Acompanhamos o adolescente até o litoral. Casa de alvenaria. Estreita. O ambiente mais amplo – na parte da frente da casa – é destinado à igreja, tocada pela família. Dois dormitórios: um para o casal – dona Vânia e seu Arnaldo – e outro para os cinco meninos. A cozinha é improvisada no corredor. Seu Arnaldo, pedreiro, encanador, pintor, eletricista e pastor, mostra com orgulho a reforma que pretende fazer na casa, assim que a hanseníase der uma trégua e ele conseguir um emprego fixo.

Com as preocupações pessoais e econômicas, sobra pouco tempo do pai para Robinho. Adolescente, o jovem se impacienta com os rearranjos conjugais e a cobrança por ajudar em casa. Dona Vânia entrega os pontos: “Só Jesus salva.” Mas seu coração amolece quando relatamos o que Robinho disse dela: “Considero-a como minha mãe.” Num primeiro contato, ouvimos bastante e sempre procuramos ponderar as reclamações com o reconhecimento das qualidades de Robinho e dos potenciais da família. Para reaproximar o menino da comunidade, ele mesmo sugere sua inclusão numa escolinha de futebol mantida pela prefeitura da cidade. Com a participação de Vânia e Robinho, conseguimos efetuar a matrícula.

Dois meses depois... trombamos novamente com Robinho vagando pelas ruas da capital paulista. É a rotina da maioria dos meninos e meninas em situação de rua. Quando o conflito em casa começa a pesar, eles saem novamente. Como exercício de protagonismo juvenil, incentivamos Robinho a traçar seu caminho. A escolha: ir para um abrigo.

Com base no artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a equipe de educadores problematizou a questão. Como ele poderia ficar num abrigo, se tinha família? Era preciso apenas que a convivência familiar e comunitária desse jovem fosse efetivamente assegurada. Robinho tinha fome de cidadania, de mais respeito às suas opiniões, desejos e necessidades, não só de comida, roupa e abrigo.

Percebemos então a importância de um acompanhamento mais intensivo por parte da equipe, mesmo tendo como dificuldades a distância

da residência do menino e encontrar parceiros em São Vicente que continuassem um atendimento centrado no respeito à autonomia de Robinho e na identidade intrafamiliar. As freqüentes visitas, sempre com o objetivo de reaproximar a família, renderam frutos: Robinho começou a se interessar pelo trabalho do pai. Seu Arnaldo passou a apoiar o filho em seu projeto de vida.

Hoje, aos 16 anos, Robinho voltou a estudar. Está na sétima série, fortalecendo cada vez mais seus vínculos comunitários. As relações em casa melhoraram. “Comecei a gostar mais da minha família. Antes, por qualquer coisa, já saía de casa”, diz ele. Sonhos, ele tem de monte: tocar violão, teclado, formar uma banda, trabalhar com computação. O menino também está inserido na era digital. Tem 17 fãs no Orkut, aquela comunidade virtual.

Neste caso, o ECA mostrou-se um importante instrumento de legitimação da família como o primeiro e mais importante núcleo social das crianças e adolescentes. Robinho percebeu isso. E sua família passou a respeitá-lo como sujeito de direito à liberdade de opinião, quereres, necessidades. O acompanhamento regular à família pela equipe de educadores e o apoio do programa esportivo de São Vicente proporcionaram um atendimento que valorizou a família como detentora de saberes.

Sua história, Robinho, está apenas começando. Como bom jogador de xadrez, você sabe que, para conseguir atravessar todo o tabuleiro com o peão, a peça mais vulnerável, e resgatar qualquer outra peça retida pelo adversário, é necessário empenho. A primeira casa certamente você já avançou. Suas características na comunidade virtual não deixam dúvidas: “Moro com meus pais.” Agora queremos ver você dar xeque-mate, rapaz!



Quando as crianças que vivem nas periferias das grandes cidades rompem ou interrompem seus vínculos familiares, territoriais, comunitários e se dirigem ao centro, são como o emigrante, o exilado que, da popa do navio, vê a costa de seu país, de sua pátria afastar-se. Será que voltará a reencontrá-la? Cena forte que inspirou o poeta argentino Ernesto Sábato a substituir a palavra “pátria” por “mátria”.

Quanta coisa tem de acontecer – ou deixar de acontecer – na vida de uma criança, na vida da família dessa criança, na vida da comunidade onde vive essa família, para que ela deixe a sua “mátria” e se refugie no centro de São Paulo, junto com outras dezenas de crianças com histórias semelhantes?

São refugiados urbanos porque deixam suas raízes, marcadas por conflitos, privações e violência, e ganham as ruas do centro da cidade numa tríplice busca: a primeira é a busca da identidade; a segunda é a de serem reconhecidos por essa identidade; a terceira é a

de redescobrirem a chance de serem acolhidos, convidados a vislumbrar uma relação mais confortável consigo mesmos, com as lembranças de suas origens e com os desejos de futuro.

O grande desafio que se coloca é o da construção compartilhada – entre o jovem, o educador e as referências afetivas familiares e comunitárias – do desejo de retorno à sua “mátria”. Um “rematriamento” que o coloca como estrela central de uma constelação de ações sociais, psicopedagógicas e de acesso a direitos, que reconectam o território do centro com o de suas comunidades de origem, numa nova arquitetura das relações humanas, do nível mais singular da pessoa aos níveis mais coletivos.

Como os processos humanos são, por natureza, cumulativos, ambíguos, movidos ora por desejos onipotentes, ora por ânimos entristecidos, e como fazem parte da vida momentos de circunstâncias felizes e, infelizmente, tristes também, é, portanto, natural da condição humana que os movimentos

sejam plásticos, em vai-e-vem, numa constante reconfiguração possível e a favor da autonomia, simplesmente porque gente tem fome de dignidade.

Temos todos uma grande dívida com essa pequena gente. Merecemos uma abordagem de ação social que amplifique, no campo jurídico da promoção de

seus direitos, aquilo que o Estatuto da Criança e do Adolescente já estabelece. Esse novo enfoque humanista, humanitário: os infantes refugiados urbanos.

Auro Danny Lescher é psiquiatra, psicoterapeuta e coordenador do Projeto Quixote.



Art. 15 - A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16 - O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II - opinião e expressão;
- III - crença e culto religioso;
- IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI - participar da vida política, na forma da lei;
- VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 70 - É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 86 - A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Artigos do ECA

Xeque-Mate

3º lugar

O ANEL QUE TU ME DÊSTES

Andréa Nunes Faria da Silva
Ourinhos – SP

*Andréa é graduada em
letras com especialização
em Violência Doméstica
contra a Criança e o
Adolescente, foi conselheira
tutelar e, atualmente,
é educadora.*



Janeiro de 2002. O trabalho exaustivo do dia está praticamente no final. Arrumo minhas coisas com aquela sensação de dever cumprido, repasso mentalmente as atividades da noite e me lembro de que hoje é dia de plantão! Então, apesar do fim do horário comercial, sei que ainda poderei ser chamada para algum atendimento. Quando estamos perto das 17h30, Maria, nossa secretária, me chama, pedindo que eu atenda aquela criança.

“Aquela criança” é um menino de 14 anos chamado Anderson, que vem até o Conselho Tutelar pedir ajuda para sua irmã, Flávia, de apenas 13 anos, vítima de violência sexual dentro de casa. O adolescente, muito assustado, me pede sigilo e começa a contar sua história...

O pai é alcoólatra e a mãe reside com um companheiro. Este mantém diariamente relações com sua irmãzinha, uma menina que entrega seu corpo sem ter a mínima noção das conseqüências; uma adolescente que quer apenas brincar, mas não pode; quer ir para o colégio, mas não pode; quer ter amigos, mas não pode. Não pode porque seu padrasto, seu Antenor, se acha dono de seu corpo, de seus pensamentos e de suas ações. Não pode porque sua mãe, dona Nadir, tem de trabalhar para sustentar a casa e acha muito normal a filha ser “namorada” do marido. Não pode porque violam seus direitos fundamentais.

Ouçó o relato dolorido de Anderson e tento desesperadamente entendê-lo e pensar na forma adequada de fazer com que cessem imediatamente as violações de direitos sofridas por Flávia. Despeço-me dele depois de tranquilizá-lo e me dirijo à residência da família, que fica num bairro da periferia de Ourinhos (SP). Chegando lá, Flávia atende a porta. Percebo que marcas vermelhas, grandes, ferem seu corpinho miúdo, magro... Meu coração se contorce dentro do peito, as lágrimas chegam à porta dos meus olhos, porém a razão controla a emoção naquele momento e consigo realizar meu atendimento.

Na casa, ninguém nega. Tanto seu Antenor quanto Flávia falam do assunto normalmente. Apenas aqueles que têm sensibilidade para perceber dor, amargura e desespero, como o Anderson, notam a agonia pela qual

passa nossa personagem. Assim como eles, ajo tranqüilamente, para que meu trabalho tenha o final desejado. Peço então que eles me acompanhem até um local onde essa situação irregular possa ser formalizada. Prontamente seu Antenor se veste e nos acompanha.

Dirigimo-nos a uma delegacia especializada na defesa da mulher. Ali seu Antenor entende que, na verdade, a regulamentação da situação tem outro nome. Nesse momento, ele se torna violento. Peço então reforço a um policial, que controla seu Antenor e lhe pede que dê apenas esclarecimentos.

Assim aconteceu. Fizemos um boletim de ocorrência. A cada relato daquela adolescente, percebia-se que seu coração sangrava. Tudo o que ela dizia era que queria brincar, ir para a escola, porém “ele” tinha muito ciúme. Seu padrasto dava-lhe muitos presentes. Um de que ela havia gostado era um anel, “daqueles que têm uma pedra que brilha em cima”, dizia ela. Flávia relatou minuciosamente aquilo que acontecia há mais ou menos seis meses em sua casa.

Terminada a parte legal, foi minha vez de agir. Comuniquei a Flávia que ela não voltaria para casa. Seu rosto se abriu em um largo sorriso; eu não conseguia identificar se era um sorriso de alegria ou apenas um sorriso de alívio, mas o fato é que, depois de quatro horas junto com Flávia, eu a vi sorrir. Meu coração também sorriu e demonstrei isso dando-lhe um longo abraço.

Antes, porém, de terminar meu dia, eu teria de me encontrar com Anderson, pois não poderia deixá-lo nas mãos daquela família, que estaria certamente em crise durante a noite. Fui novamente à casa de seu Antenor e dona Nadir. Ao chegar lá, agradei silenciosamente a Deus, pois foi exatamente Anderson quem me abriu a porta. Pedi que ele viesse comigo. Dentro do carro, conversamos longamente sobre tudo o que aconteceu e lhe perguntei se ele queria vir conosco para o abrigo. Imediatamente ele concordou. Nesse momento, os dois irmãos se abraçaram e choraram muito. Juntei-me a eles. Não consegui controlar meu coração, por tudo aquilo que tinha visto e ouvido!

No outro dia, pude conversar mais calmamente com aqueles dois irmãos. Eu os havia colocado num abrigo, a salvo de qualquer violação de seus direitos! Fiquei muito feliz em constatar que Anderson tomou coragem para denunciar seu padrasto depois de ouvir uma palestra, em sua escola, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ministrada por mim! Isso me mostrou que todos os nossos atos são importantes, mesmo que não estejam diretamente relacionados às nossas funções.

Depois de cumpridas todas as formalidades de praxe, os abusadores foram presos, situação em que se encontram até hoje. Atualmente, tanto Anderson quanto Flávia vivem tranquilos. Um já tem 18 anos completos e a outra é adolescente aprendiz no município. Ambos fizeram a diferença no meio a que pertencem; ele, na casa de uma tia, e ela, no abrigo, enquanto aguarda sua maioridade. Com o dinheiro que juntaram, estão sendo auxiliados pelas entidades de nossa cidade a construir sua própria casa, onde poderão viver juntos em paz e harmonia.



Maria de Lourdes Trassi Teixeira

O anel que tu me destes

“... era vidro e se quebrou.” Nas linhas e entrelinhas deste caso, há muitos ensinamentos para aqueles que trabalham com a infância e a adolescência que vivem alguma condição de vulnerabilidade, de violação de direitos.

O primeiro de todos os ensinamentos é sobre a importância de a criança e o adolescente saberem de seus direitos, conhecerem o ECA e os procedimentos aos quais podem recorrer, na garantia de sua infância e adolescência. Esse conhecimento pode ter uma dimensão de desenvolvimento da consciência de cidadania – direitos e deveres – e, como neste caso, mostra-se fundamental na interrupção de alguma condição extrema de vulnerabilidade; particularmente, quando ela ocorre na família, essa instituição idealizada em sua função de proteção e cuidados de seus membros.

E, quando a criança ou o adolescente recorre às instâncias de proteção nessa situação-limite, é imprescindível que encontre um profissional que não os abandone, que não transforme suas

palavras num “relatório a providenciar” na rotina do próximo plantão; enquanto o tempo – horas, dias – e seus acontecimentos vão lhes roubando a infância.

Nesse trabalho, quando o conselheiro tutelar depara-se com a violência em sua radicalidade, é necessária urgência, prontidão de resposta e, ao mesmo tempo, delicadeza para ver e ouvir, para conter as próprias emoções e para construir estratégias e procedimentos eficientes de proteção à criança e ao adolescente.

Então este caso nos ensina que o trabalho do conselheiro tutelar não é burocrático; não acontece só no “horário comercial”; exige o plantão 24 horas e pode incluir atribuições que vão além do atendimento direto. Neste caso, a esperança instala-se com uma palestra da conselheira tutelar na escola do menino de 13 anos que se encorajou a procurar um adulto – o conselheiro tutelar – que pudesse auxiliar no resgate da infância de sua irmã.

A violência física, sexual, psicológica e a negligência são temas complexos e particularmente delicados, quando ocorrem na família: são múltiplas as suas determinações (psico-histórico-culturais); exigem urgência na preservação da integridade física e psicológica da criança ou adolescente; implicam que um agente externo – reconhecido em sua função – entre na privacidade desse grupo; supõem uma convicção ética sobre a relação criança-adulto, nestes tempos de padrões fluidos de relacionamento entre as gerações.

O atendimento/acompanhamento das crianças e adolescentes não se conclui com a ruptura da situação: a retirada da criança ou do agressor do ambiente familiar. Além de interromper os acontecimentos, é necessário tratar a criança que viveu tal situação pelos agravos em seu desenvolvimento físico, psicológico e social e assim interromper o ciclo da violência. Isso se mostra relevante porque muitos estudos do tema ressaltam que há uma porcentagem extremamente alta de agressores que foram vítimas de abuso em sua infância e adolescência.

Neste sentido, por mais horror que

esse crime suscite, é fundamental garantir procedimentos rigorosos de manejo da situação, porque as consequências são graves – a pena de prisão, por exemplo –, e o tratamento aos agressores que, em muitos casos, revelam, em sua conduta abusiva, os prejuízos que viveram em suas próprias infâncias e adolescências.

Um aspecto relevante e freqüente neste fenômeno é o segredo familiar. No caso, o padrasto/pai é o abusador e a mãe é omissa e conivente com a situação de vitimização da criança. As determinações dessa situação são de ordem objetiva e subjetiva, por isso este não é, exclusivamente, um caso de polícia.

E, voltemos ao começo... quando a conselheira tutelar ainda não conhecia a cantiga do anel e foi à escola conversar com as crianças e adolescentes sobre o ECA...

É desse jeito que o trabalho do educador ocorre... Não sabemos, exatamente, a priori, as repercussões dos conteúdos que transmitimos, e por isso a responsabilidade com cada palavra. As palavras constroem esperanças. E o ECA é como “um verso bem bonito” da cantiga de roda, que cantarolamos com as novas gerações para construir uma vida boa.

Dedico esta reflexão a uma mulher corajosa, defensora das causas da liberdade nos confins do nosso Brasil, que se atormentava com as lembranças de um pai abusador em sua infância.

Maria de Lourdes Trassi Teixeira é psicanalista, doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) na área de adolescência e violência e conselheira da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigos do ECA

O anel que tu me destes

Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 13 - Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Art. 98 - As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III - em razão de sua conduta.

Art. 101 - Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- ...
- VII - abrigo em entidade;

...

Parágrafo único. O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

Art. 131 - O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não-jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

Art. 135 - O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Menção honrosa

CAMINHOS DO PARAÍSO

Felipe Domingos de Mello
São Paulo – SP



Felipe é graduado em comunicação social pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), sócio de uma empresa de consultoria e diretor-fundador da ONG Canto Cidadão, que trabalha com arte-terapia em hospitais de São Paulo.

Quem disse que os caminhos do Paraíso não existem ou estão longe de nosso alcance? A natureza humana tende a camuflar os acessos para tais caminhos, protegendo-nos dos riscos de embarcarmos em vias de felicidade. Não existiriam guichês de informação capazes de iluminar nosso senso de direção, colocando-nos no rumo e no prumo?

Os caminhos do Paraíso existem e estão mais próximos de nós do que podemos supor. São de grande valia os citados guichês de informação e referência, que se apresentam de várias formas, entre elas como pessoas, navegantes exemplares da vida, condutoras de barcos emocionantes e emocionados, interessados e interessantes.

Meu comandante foi um garoto de aproximadamente 12 anos. Rebento de palavras ágeis e mãos coordenadas para o desenho, ele conquistou minha atenção e admiração durante o tempo em que o visitei, nas dependências de um hospital público em São Paulo (SP). Eu atuava como o Dr. Raviolli Bem-te-vi, meu personagem no trabalho voluntário dos Doutores Cidadãos, um grupo de palhaços hospitalares. Ele, com motivação e fome de vida transbordantes. Eu, saudável e disposto a ajudar, dentro do possível, a amenizar as dores, angústias e indefinições dos lúdicos pensamentos de meu comandante. Ele, potência de felicidade, lutando contra um câncer.

Durante meses, visitei o quarto do jovem mestre, sempre na torcida e na expectativa de uma possível resolução positiva de seu problema. Não acompanhei clinicamente seu estado de saúde, mas baseei-me em sua disposição e nos tímidos esboços de sorriso de sua benevolente e apaixonada mãe. Em algumas visitas, tive a certeza de que ele estava melhorando, dando golpes de vida em seu adversário, o cadafalso de um brilhante futuro. Uma tarde, porém, minha certeza desmoronou.

Transitando pelos corredores e leitos hospitalares, percebi que estava diante da porta do quarto do jovem. Onde estaria ele? Para onde teria ido? As perguntas se repetiam. Não busquei informações sobre seu paradeiro e passei alguns dias na dúvida: teria meu timoneiro perdido a batalha para as revoltas águas do câncer?



Dois dias se passaram. Eu retornava de uma reunião de trabalho pelas ruas do Paraíso – um bairro da capital paulista – para chegar ao meu destino. Fazia muito calor e o trânsito, alto escalão da tirania metropolitana, contribuía para que minha paciência fosse embora. O trânsito de São Paulo não é terreno fértil para cultivar os valiosos e necessários sentimentos de solidariedade e fraternidade. Seria só isso mesmo? Balela!

Os fatos que se sucederam provaram que a minha irritação provavelmente vinha de alguma insatisfação leviana, mas que me aborrecia um bocado. Foi preciso um choque inspirador para que eu reconhecesse e avaliasse aquilo que realmente merece o irrecuperável desgaste.

Num dos intermináveis semáforos – acredite, eles são infinitos –, olhei para o lado. Vi um garoto careca, uma senhora de meia idade e um jovem senhor rindo em alto e bom som. Risadas que criavam um cenário paradoxal: dezenas de pessoas, naquele quarteirão, dentro de seus automóveis, lutavam incessantemente pela conquista de alguns metros de asfalto, desafiando quem ousasse ocupar parte de seu caminho. Era certamente um paradoxo, se comparássemos o caminhar leve daquelas três pessoas na calçada com o humor carregado daqueles que se corroíam dentro dos seus veículos.

Olhei novamente para o grupo que passava. Era o meu querido garoto do hospital, acompanhado por sua mãe e padrasto. Um misto de alegria e preocupação confundiu meus pensamentos. Movido pela dúvida, gritei seu nome. Pude perceber que ele olhou em minha direção, buscando reconhecer quem o chamava. Eu queria fazer contato visual com o garoto. Passaram-se dois segundos e veio a primeira leva de buzinas. Como ele caminhava em direção contrária, pude ver pelo retrovisor que o grupo se afastava. Decidi fazer a volta. Ignorei os gestos de reprovação e rapidamente alcancei o grupo, que continuava a caminhada na mesma felicidade. Encostei o carro e fui ao seu encontro.

Parei na frente deles com um sorriso explícito, pois via renascer aquela certeza da evolução do tratamento do garoto, perdida dias antes ao

visualizar seu leito vazio no hospital. Senti uma grande decepção ao perceber que eles não tinham me reconhecido. Será possível que não se lembravam de mim? Por um instante fiquei triste, mas então me lembrei de que estava sem meu figurino de personagem. Ufa! Só poderia ser isso. Interrompi o turbilhão de considerações imaginárias e perguntei se eles se lembravam de mim.

A resposta foi a melhor retribuição pelos meses que me dediquei como voluntário em visitas ao garoto. Percebi que ele fitava meus olhos em profundidade. De um salto, me deu um abraço e exclamou: “Doutor Raviolli!” Pronto! Estava liquidada, com o sincero sorriso, a minha angústia. O garoto conseguiu alta do hospital, uma vez que conquistara uma sonhada vaga numa organização de apoio a crianças com câncer e seus familiares, especialmente aqueles procedentes de localidades distantes da capital paulistana.

A saída do hospital representava uma grande conquista para aquele garoto, embora todos soubessem que a batalha ainda seria longa e de resultado indefinido. Mas que importava o crepúsculo, se os olhos daquela criança só conseguiam enxergar o raiar do sol, após meses num leito hospitalar? Raiar de vida, sopro de esperança, um dia após o outro.

A motivação de meu pequeno mestre para viver me fez e ainda me faz refletir, do alto de minha condição física, se eu teria realmente motivos para estragar meu dia. Após algumas reflexões, concluí e continuo concluindo que, felizmente, não os tenho. Confesso que, às vezes, empreendo esforços para criá-los. Quando isso acontece, paro tudo! Trago à minha memória a inesquecível imagem de meu jovem capitão, caminhando de cabeça erguida, abastecido pelo combustível da vida, pelos caminhos do Paraíso.



Meu caro Dr. Raviolli,

Que bom poder cruzar com você neste caminho em busca do paraíso! Assim como você, poucas coisas me fazem sentir tão perto das vias da felicidade como ver uma criança sorrir. São pequenas vitórias como essa que você nos conta que, todos os dias, nos dão a força de que precisamos para seguir em frente.

Ao longo dos mais de 16 anos como embaixador do UNICEF, conheci algumas histórias tocantes como a do seu mestre. Histórias de gente miúda, lutando contra a desnutrição infantil, com a ajuda da família e de agentes comunitários. Casos de meninas e meninos que iam à escola e, ainda assim, não conseguiam aprender, mas conheceram professores motivados, que utilizavam metodologias criativas, ajudando-os assim a caminhar pelo mundo do conhecimento. Histórias de bebês que, ainda no ventre das mães, brigaram contra o HIV e a Aids, com a

ajuda de medicamentos certos, na hora certa. Narrativas de adolescentes que mudaram suas vidas quando encontraram ambientes que os protegiam e, por esse motivo, os ajudaram a aprender mais.

O Brasil vem avançando muito na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. A mortalidade infantil, por exemplo, vem caindo ao longo dos anos, a transmissão do vírus HIV da mãe para o bebê, diminuindo, o número de crianças que têm acesso à escola, aumentando. Todas essas conquistas são fruto do esforço de instituições, empresas, governo, famílias e de pessoas anônimas como você, meu caro Dr. Raviolli.

No entanto, assim como o seu comandante lutava contra o câncer, todos os dias, milhares de crianças e adolescentes brasileiros enfrentam a batalha contra a desnutrição, a morte, a falta de registro civil e certidão de nascimento, a dificuldade de permanecer na escola e aprender, a violência, a

Aids. Em sua maioria, são negros, indígenas, vivem no semi-árido nordestino, na Amazônia e nas comunidades populares dos grandes centros urbanos.

Enquanto deixarmos tantas crianças e tantos adolescentes para traz, querendo palhaço, não poderemos descansar.

Por isso, vamos caminhando juntos, incansavelmente, até o dia em que cada uma das meninas e cada um dos meninos brasileiros tenham garantidos seus direitos a sobreviver e se

desenvolver, aprender, proteger (-se) da Aids, crescer sem violência e se tornar prioridade absoluta das políticas públicas. E, quando lá chegarmos, talvez tenhamos, nós mesmos, construído o paraíso!

Renato Aragão, palhaço como Dr. Raviolli Bem-te-vi, trabalha pelos direitos das crianças e dos adolescentes como Embaixador do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) desde 1991.

Art. 7º - A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 12 - Os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.

Artigos do ECA

Caminhos do paraíso

Menção honrosa

QUAL É O SEU NOME, MENINO?

Jose Renato Claudio Bizerra
Tauá – CE

*Jose Renato é pedagogo
graduado pela
Universidade Estadual
do Ceará (UECE). Trabalha
como assistente de
escritório e professor
na Educação de Jovens
e Adultos (EJA).*



Era em torno das 9 horas da manhã de uma segunda-feira. Nessa época, eu estava a serviço do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como recenseador, e trabalhava na contagem populacional de um lugarejo do interior do Estado do Ceará. Lembro-me de que, ao chegar àquela pequenina casa, fui muito bem recebido. Quando me apresentei, ainda na calçada, uma senhora de 78 anos já estava me aguardando. Muito gentil, convidou-me a entrar, ofereceu cadeira, água e até me trouxe um cafezinho.

Comecei, então, a registrar todos os moradores daquele domicílio. Enquanto anotava os dados da senhora, três meninos entre 10 e 13 anos se aproximaram e entraram curiosos na pequena sala onde estávamos. Pelo que ela havia dito, percebi que eram seus três netos, que há alguns anos tinham sido deixados pelos pais aos cuidados dela. Notando a imensa curiosidade dos meninos, voltei-me para o maior e perguntei:

– E você, menino, qual é o seu nome?

A pergunta que fiz foi a mesma que fizera antes a toda criança a quem eu queria dar oportunidade de se identificar na pesquisa censitária. Como todos os meninos a quem eu antes perguntara, aquele também ficou atônito e orgulhoso, com cara de quem está fazendo coisa de gente grande. Só que a resposta que dele ouvi foi bem diferente das que eu ouvira até então. Ele respondeu:

– Meu nome é Leandro, senhor.

Sempre que eu perguntava o nome de alguém naquele lugarejo, de imediato ouvia o nome completo da pessoa, sem falar nos casos dos mais velhos que, além do próprio nome, já diziam o nome do pai, da mãe e até dos tios. Inteirei minha pergunta:

– Sim, Leandro, e como é o resto? Diga seu nome completo.

Silêncio por parte da criança que, timidamente, sinalizou com a cabeça num gesto negativo. Como ele não respondeu, perguntei à avó, achando engraçado que o menino não soubesse dizer o próprio nome. Para minha surpresa, a avó repetiu o mesmo gesto de Leandro.





– A senhora não sabe o nome completo do seu neto? – indaguei, espantado com o fato.

Sem que eu requisitasse, ela então me contou, com mais cuidado, toda a história. Ao fim de seu relato, afirmou entristecida:

– Ele não tem registro... Não tem nenhum documento... Ele não tem nada.

Quando ouvi aquilo, senti um vazio imenso dentro de mim. Como pode uma pessoa chegar aos 13 anos sem nenhuma documentação?

O clima da entrevista mudou depois daquilo. O rapazinho de 13 anos, envergonhado por não possuir um nome completo, chegou a se irritar com a avó, disse-lhe algumas palavras grosseiras e saiu da sala com ar de bravo. Fiquei curioso e, apesar de não fazer parte de meus questionários, comecei a perguntar como era a situação daqueles jovens: a escola, os auxílios do governo que são comuns na região, a vacinação, o acompanhamento dos agentes de saúde, enfim, como aquelas crianças viviam sem nome, sem documentos.

– Eles não têm nada disso. – disse a avó.

Fiquei com um peso imenso na consciência, terminei a entrevista colocando o sobrenome da senhora nos meninos e saí, para continuar meus serviços. Mas não conseguia parar de pensar no caso e, durante o trabalho, não me esqueci, em instante algum, daquela situação. Constantemente eu fixava o olhar em direção ao casebre e a visão me apertava novamente a consciência. Sentia-me impotente perante o caso.

Ao fim daquele dia, retornei à minha casa, que ficava a 52 quilômetros de distância daquele lugarejo, já no perímetro urbano da cidade. À noite, enquanto revia o serviço feito naquele dia, lembrei que, a umas seis quadras de minha casa, morava uma escrevente oficial de um dos cartórios do município. Não me aquietei até ir à casa da funcionária do cartório, perguntar-lhe como eu poderia ajudar aquelas crianças a receberem pelo menos um registro de nascimento.

Foi então que, pela primeira vez, tomei conhecimento de algo sobre o qual dispunha o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

– Toda criança e adolescente tem direito a um nome e a registro de nascimento gratuito. – foi o que me disse a escrevente.

Seguindo aquela orientação, voltei ao lugarejo no dia seguinte, acabei deixando a pesquisa de lado e fui à casa daquela família para pedir à avó que me acompanhasse, com as crianças, até o cartório da cidade.

Todos fizeram uma verdadeira festa quando eu disse que iríamos registrar os meninos. Rapidamente se vestiram e seguimos juntos para o cartório. Confesso que eu estava tão empolgado quanto as próprias crianças e cheguei até a fotografar o momento. Por volta do meio-dia, já estava tudo pronto. Conseguimos o registro de cada um deles e a cédula de identidade do mais velho, que já tinha 13 anos. Voltamos, então, para a casa daquela família.

Ao chegar ao lugarejo, passei sem parar pela casa. Curiosos, os meninos perguntaram para onde estávamos indo. Eu não disse nada. Só estacionei o carro em frente à pequena escola do povoado. Os meninos e a avó ficaram com a maior cara de espanto.

– Vamos! Desçam todos! A secretaria é ali e cuidem já de fazer a matrícula de vocês! – eu disse, enquanto apontava a escola.

As crianças me obedeceram e depressa bateram na porta da secretaria, só entrando quando a avó se aproximou e só saindo quando todos confirmaram suas matrículas.

Somente pude voltar ao lugarejo depois de uma semana. Na ocasião, fiz questão de, antes de tudo, visitar a escola para saber como estavam os meninos. Para minha satisfação, eles “eram ótimos”, como disse a professora.

Jamais me esquecerei dessa experiência e jamais deixarei de acreditar na importância do ECA. Afinal de contas, foi ele, e não eu, que mudou o curso de vida daquelas crianças. Na íntegra, o ECA transformou indivíduos que nem sequer existiam em cidadãos com potencialidades e capacidade de mudar sua realidade.

O registro civil é tratado pelo ECA, no artigo 102, como “absoluta prioridade”. No entanto, a história de Leandro, ainda que grave, não é diferente da situação enfrentada por muitas crianças que vivem Brasil afora. O sub-registro segue sendo um grande desafio para as políticas públicas do País e, em termos concretos, se traduz num abismo de direitos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cada ano, aproximadamente 370 mil crianças deixam de ser registradas quando nascem. Mesmo que uma série de campanhas e projetos tenham tido sucesso na redução desses números – entre os anos de 1997 e 2005 a taxa do sub-registro nacional caiu de 24,8% para 11,5% –, ainda estamos falando de um contingente expressivo de crianças e adolescentes que são invisíveis, não apenas para o Estado, mas também para o conjunto da sociedade.

As disparidades no acesso ao registro civil no País dão pistas importan-

tes para compreender o problema: as regiões Norte e Nordeste apresentam os maiores índices de sub-registro de nascimento, enquanto em São Paulo e no Distrito Federal, por exemplo, esses números são muito baixos. Os dados revelam a fragilidade da cidadania no Brasil, bem como a maneira desigual como ela se distribui pelo território nacional.

O registro civil é o reconhecimento formal da existência de um cidadão. É, sobretudo, o reconhecimento de um direito. Sem o registro, a criança não existe para o Estado e não pode, portanto, ter acesso aos seus direitos mais fundamentais, tais como uma matrícula na escola ou os serviços de saúde. Será que Leandro e seus irmãos foram vacinados?

Se essa condição se estendesse ao longo da vida, eles não poderiam ter uma carteira de trabalho, nem mesmo votar. Em outras palavras, o registro civil é o cartão de ingresso para a cidadania. A Convenção sobre os Direitos

da Criança, adotada em 1989 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, reconhece esse documento como um direito fundamental e, no Brasil, particularmente, ele é garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 1997, o País aprovou, ainda, a lei 9.534, que garante a gratuidade do registro civil a todos os brasileiros.

A legislação é, sem dúvida, importante. Mas sua capacidade transformadora reside não somente na sua existência, como também – e talvez, sobretudo –, na sua efetivação. Leandro nasceu protegido pela lei brasileira, mas isso não foi suficiente – ele chegou aos 13 anos sem ter sido registrado e privado dos seus direitos. Foi necessário o encontro com Jose Renato para que essa situação mudasse.

Um dos marcos distintivos do ECA é apontar a sociedade como mais um dos agentes responsáveis pelo seu cumprimento. No seu artigo 4^a, o Estatuto diz que “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à ali-

mentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Nesse sentido, a atitude de Jose Renato, além de ter transformado a vida dos irmãos, é uma provocação a todos nós. Ela evoca a responsabilidade que é de todos, evidenciando que a efetivação da cidadania é uma tarefa que deve ser compartilhada.

A escola foi apenas o começo. Um começo deslocado, 13 anos atrasado, mas fundamental, um marco nas suas biografias. Ao garantir o registro de Leandro e seus irmãos, Jose Renato estava, efetivamente, lhes dando as boas-vindas a uma nova vida, dessa vez como cidadãos plenos.

Paula Miraglia é mestre em Antropologia Social pelo departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) e candidata ao título de doutora no mesmo departamento. Atualmente é diretora executiva do ILANUD – Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente.



Artigos do ECA

Qual é o seu nome, menino?

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 10 - Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos;

II - identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente;

...

IV - fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato;

...

Art. 53 - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

...

V - acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 55 - Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Menção honrosa

ESPERANÇA QUE NÃO SE CHAMA PAPELÃO

Juliana Inês Casa
Farroupilha – RS



Juliana é estudante de jornalismo e trabalha como assessora de imprensa da Prefeitura de Farroupilha (RS).

Manhã cinza na Serra Gaúcha. Não está frio. Bolinha salta o morro, desce numa esperteza daquelas... Oh! Bichinho faceiro da vida! Vem cheirar as pernas dos visitantes e acho que não detecta perigo, porque pára. Permanece quietinho, de orelha em pé. Atrás dele vem a dona Joana, dona do cachorro, dona da casa no morro em terra que não é sua, mas que vem sendo seu teto, do marido, dos quatro filhos, de um amigo da família e de dois cachorros. Todos moram numa construção feita pelo esposo de dona Joana, servente de pedreiro, e pelo filho mais velho, de 17 anos, que está em busca de emprego. Há dois anos que ela vive naquele cantinho escondido, mas diz que gosta do sossego e que sente proteção. Nem reclama do asfalto ao lado, um importante acesso à região.

– Sabe que aqui é bom? Para as crianças, é ótimo.

“Aqui” é o Bairro Industrial, em Farroupilha (RS). Não fosse a falta de água e luz, para Joana, este seria o local ideal. O que cansa são as caminhadas de duas ou três quadras para lavar roupa, apanhar a água do banho e do preparo da comida. Energia elétrica? Também não tem.

– Isso é o de menos, a água é que é problema mesmo – ela afirma.

Dona Joana conta que a vida ficou melhor depois que sua família passou a ser atendida pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Ela explica que recebe a ajuda desde 2005 e que agora o filho mais velho não precisa mais catar papelão, nem os menores precisaram aprender esse ofício. Pelo contrário, eles freqüentam a escola e o centro ocupacional do município.

– O importante é que os meninos estão estudando. Às vezes preciso de ajuda e peço para ficarem em casa, mas eles não faltam. – ela conta, satisfeita.

Essa mãe simples pode não conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas compreende seu teor. Sabe que é dever da família, da sociedade e do poder público assegurar os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura e à dignidade para as crianças e adolescentes. Ela sabe mais ainda do seu papel de mãe, empenha-se para proporcionar aos filhos condições que talvez lhe tenham sido negadas.

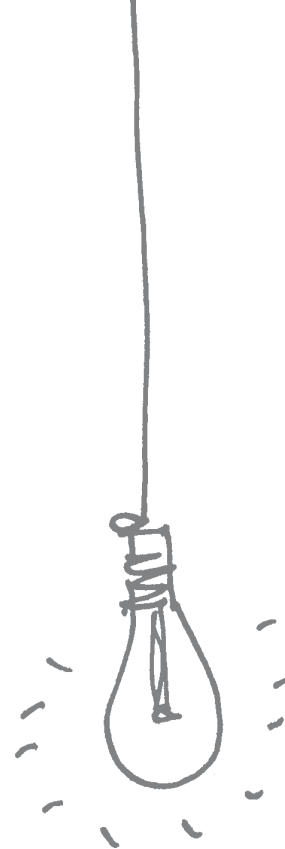
A assistente social que acompanha a família diz que dona Joana participa de todas atividades do PETI e se destaca pelo entusiasmo e pela persistência. Afirma que ela é muito caprichosa, está sempre arrumada, preocupa-se com a higiene e o sustento da família. É uma jovem senhora de 46 anos que sonha com tempos melhores, embora água e luz não sejam o fundamental, “porque o que importa são as crianças na escola”. Assim ela vai buscando alternativas.

– Minha vida mudou, ah, nossa! Faço coisas que eu não sabia fazer: sabão, pintura, doces, mantas, detergente líquido. É tão bom!

Joana frequenta oficinas profissionalizantes e artesanais gratuitas e palestras de relacionamento familiar. São atividades para orientar os pais e assegurar o que está previsto no ECA, como a proibição de qualquer trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz, na qual, de fato, o serviço de catar papelão não se enquadra. É considerada criança, ainda segundo o Estatuto, a pessoa até 12 anos incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos.

Em meio à conversa, desponta, no alto, o pequeno de cinco anos, a reclamar a ausência da mãe. Veste uma camiseta da seleção brasileira. Espia quieto e volta para casa. Viu a mãe e ela logo entra. Mais tarde, um focinho aparece, e é dos grandes. Bem, se esse cachorro aos meus pés é Bolinha e seu nome for proporcional ao tamanho, aquele deve ser Bolão, outro morador da esperança, do canto sossegado no morro, perto do asfalto. Mas quem é que liga?

– Aqui é bom e as crianças estão longe das ruas – continua dona Joana.



Ela vai lavar roupa à tarde, aproveita que o tempo está agradável. A guarda da casa deve ficar com Bolão, porque Bolinha brinca demais. Aliás, ele e dona Joana combinam: saltam ágeis em meio aos buracos. Imagino como deve ser difícil subir a encosta quando chove e está úmido. Mas eles têm prática, por isso mesmo é que um pedaço de terra é pouco para ser o tudo da gente da esperança. Bolinha e Bolão brincam com o ar, com bolas de sabão, na manhã de inverno no morro.

Um dos meninos, Carlinhos, é loiro, um pouco mais falante. O outro, João, tem cabelos negros, lindos, pele escura. Visito os irmãos no centro ocupacional, também no Bairro Industrial, bem na festa de São João. A instituição atende 300 crianças e adolescentes e é mantida pela prefeitura. Os dois garotos são bem educados, ativos, e estavam ansiosos pelas apresentações e pela comilança. Agora entendo o sorriso no rosto daquela mãe.

João tem 14 anos e Carlinhos, 11. Dizem que gostam de tudo o que o Centro oferece. Jogam bola e querem ser profissionais. Morar numa casa sem água e luz, dizem eles, é difícil mesmo.

– Tem que puxar água de outro lugar, nos baldes. – conta Carlinhos e o outro concorda, balançando a cabeça.

– E se vocês morassem numa casa com água, luz, conforto, mas sem estudar, o que achariam?

– Ah não, moça! Aí a gente não ia querer... – eles garantem, e eu, logo penso, que nem o ECA permitiria.

Faz frio nessa tarde em Farroupilha e fico aliviada de ver os dois bem agasalhados. Os olhares são de pura esperteza, não vejo incerteza neles. Lembro-me do dever de todos em velar pela dignidade da criança e do adolescente, de garantir, no processo educacional, o respeito aos valores culturais, artísticos e históricos de seu contexto social. Nessa instituição, ao menos, tudo está sendo aplicado. Outro alívio.

Os dois não coletavam papelão. Era o irmão mais velho que o fazia aos 13, 14 anos, mas se não fosse por esse programa que auxilia a família e exige as crianças na escola, agora certamente eles não estariam aqui,

aguardando a chegada do pinhão, da pipoca e do amendoim. Talvez estivessem a vasculhá-los no lixo, em meio a restos, depois da festa, buscando papel e plástico para ser vendido. Então estariam sem água, sem luz, sem escola, recolhendo papelão como quem guarda a própria esperança, não para vendê-la, mas para tê-la, umas poucas vezes.

Renato Mendes

Esperança que não se chama papelão

Ao me encontrar com “Esperança que não se chama papelão”, tentei escutar com os olhos bem abertos e os ouvidos fechados. Em histórias como esta, em que o silêncio das palavras escritas grita mais alto do que se fossem ditas, é necessário um exercício de despojamento de tudo o que temos para poder inserir-se nas ausências, incompletudes e contradições que o texto nos revela, e assim evitar os ruídos dos prejuízos durante a leitura do que está escrito.

Foi interessante notar que o primeiro conceito que apareceu na história foi de um “tempo” volátil: “manhã cinza”, “tarde agradável”, “fria”, em que pode chover, o que vai dificultar o

acesso ao morro, ou simplesmente ser elemento de brincadeira com as bolhas de sabão, ou ser uma “esperança por tempos melhores”: tempo para exercer o direito de ser criança, de ser adolescente, tempo para exercer a democracia real e não a virtual.

Quando a democracia depende mais das virtudes dos indivíduos do que das condições de acesso real às possibilidades de vida digna garantidas pelo Estado, ela ainda não é real, pode até ser esperança, tal como a autora afirma, quando fala: “Imagino como deve ser difícil subir... Mas eles têm prática, por isso mesmo é que um pedaço de terra é pouco para ser o todo da gente da esperança.”

Sem dúvida, o PETI é um começo, mas ainda é incompleto, pois se não estiver conjugado ao desenvolvimento local sustentável e a um processo de geração de TRABALHO DECENTE para os membros adultos da família, a proteção integral garantida no ECA ainda não se realizou em plenitude, pois ainda falta a proteção do “asfalto”, falta moradia, luz, água potável, encosta protegida.

A essas crianças, não lhes está garantido serem cidadãos; somente na escola ou nas ações socioeducativas do PETI ou nas oficinas profissionalizantes.

Assim é o tempo! Indivisível e íntegro. Podemos minimizar os efeitos do tempo, como agasalhar-se do frio, mas se o meio ambiente da criança como um todo não estiver protegido, tal assistência, embora necessária, ainda não é integral, pois apesar de deixar de catar papelão, ela ainda necessita trabalhar duro para ter acesso ao mínimo indispensável e irrenunciável: água, luz e moradia digna.

O ECA, além de não permitir criança fora da escola ou dentro dela sem educação de qualidade e inclusiva, também não permite criança sem água e sem luz e trabalhando duro para “puxar água de outro lugar”.

Mas isso é trabalho infantil? Perguntemos às milhões de donas de casa se o que elas fazem não é trabalho!... e produtivo! Tal como afirma uma grande líder das domésticas do Brasil: o cuidado da casa produz bem-estar, saúde, proteção às crianças; produz elementos essenciais para a sobrevivência humana, tal como o simples “puxar água em baldes”.

Diferentemente do passado, em que a idade para trabalhar era aos 14 anos, o Brasil, ao ratificar a Convenção Número 138 da OIT, reafirmou seu compromisso, já assumido anteriormente pelo ECA e pela Constituição, de proteger as crianças. E, neste sentido, ambos os textos normativos proíbem a admissão de crianças abaixo dos 16 anos em trabalho ou emprego, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Acima de 16 anos, somente se o adolescente for protegido contra qualquer tipo de exploração, risco ou trabalho perigoso, insalubre ou contra toda pior forma de trabalho infantil, de acordo com os critérios de saúde e segurança no trabalho. Isso implica, por exemplo, não carregar água em baldes, de forma freqüente e repetitiva, pois pode exigir de uma criança de



14, 13, 11 ou 5 anos um esforço além do que seu desenvolvimento músculo-esquelético pode suportar.

Em tempos contraditórios como estes, é necessário ter esperança. Como disse Paulo Freire, “só na luta se espera com esperança”. Paulo Freire nos ensina uma vigilância ativa, necessária para que o broto seja broto, o filhote seja filhote, a criança seja criança. Qual agricultor utiliza o broto para construir sua cerca ou forjar seu arado,

qual pecuarista ordenha uma bezerra? Ou colhe o fruto quando ainda a planta está em floração?

É essa sabedoria popular, esse respeito ao tempo certo que nos remete a conjugar o tempo verbal da proteção integral no presente, do aqui e do agora!

Renato Mendes é filósofo e coordenador de projetos do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Artigos do ECA

Esperança que não se chama papelão

Art. 3º - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 54 - É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

...

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.

Art. 60 - É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

O **art. 7º**, inciso XXXIII, da Constituição Federal, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, assim disciplina o trabalho de menores: "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos."

Art. 87 - São linhas de ação da política de atendimento:

I - políticas sociais básicas;

II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;

III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;

V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Menção honrosa

NAQUELA TARDE DE SÁBADO, QUEM MAIS BRILHOU FOI O ECA

Paulo Fernando Lopes Ribeiro
Rio Bonito – RJ



*Paulo é pedagogo, tem
pós-graduação em
Orientação Educacional
e é professor do Ensino
Médio e de curso de
formação de professores.*

Aquela parecia ser apenas mais uma tarde quente de sábado, igual a tantas outras na rotina de um dia sem trabalho. Eu estava no meu carro, indo para um curso oferecido pela igreja que freqüentava. Junto com a Bíblia, eu levava, além da apostila do curso, um caderno para anotações e o celular. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estava guardado no porta-luvas. O celular não era meu. Pertencia ao Conselho Tutelar do qual eu fazia parte havia quase três anos. Nesse tempo em que vinha atuando como conselheiro, já tinha passado por muitas experiências. Relatos tristes, histórias mal contadas. Mas confesso que nada havia me preparado para o que me esperava naquela tarde. Nada.

O número do celular do Conselho Tutelar de Rio Bonito (RJ) havia sido amplamente divulgado. Obra da nossa competente e jovem presidente Rosana. O único aparelho era compartilhado por todos os cinco conselheiros e o plantão no fim de semana era definido com meses de antecedência. Naquele sábado, o plantão era meu e minha obrigação se resumia a apenas duas coisas: não me afastar, em hipótese alguma, do município de Rio Bonito e deixar o celular sempre ligado, inclusive de madrugada.

No caminho para a igreja, encontrei Lúcia, a professora do curso. Ela aceitou uma carona e lembro que engatou uma conversa que girava em torno da falta de empenho de alguns alunos, que tinham abandonado o curso religioso sem nenhuma justificativa. Nesse meio tempo, o celular tocou e, é claro, a pessoa do outro lado da linha denunciava que uma criança estava tendo seus direitos violados. A voz aflita que vinha do aparelho me contava que uma menina encontrava-se sozinha e presa dentro de casa havia, aproximadamente, 24 horas. Expliquei o caso a Lúcia, que entendeu sua gravidade e se dispôs a me acompanhar. O curso teria de esperar!

O bairro do Bosque Clube, embora se localize próximo ao centro de Rio Bonito, tem muitas casas simples, de gente que mora precariamente. Muitas dessas moradias são agrupadas, o que dificultava a localização do endereço. Bati na primeira casa. Nenhuma resposta. Na segunda, uma mulher baixinha e aflita me indicou, após muita insistência da minha parte – e antes de sumir rapidamente dentro da casa –, o local onde estava a criança. Ainda tentei conversar com outros moradores, mas percebi que, embora tivessem conhecimento do fato, deixavam bem claro que não queriam envolver-se com a situação!

O casebre indicado tinha como porta uma tábuia que estava escorada desajeitadamente. Por isso, não foi difícil empurrá-la e dar uma boa olhada na casa. A moradia era simples e não tinha mais do que três cômodos. No canto da sala, em pé, no meio de fezes e urina e restos de biscoitos, estava uma menininha nua, magra, suja e imóvel, de cerca de três anos. Parecia em estado de choque e alheia ao que lhe acontecia.

– E agora? – questionou Lúcia.

De repente, me dei conta de que a professora do curso religioso, do qual eu achava que ia participar naquela preguiçosa tarde de sábado, estava ao meu lado. E agora? O que fazer? Na verdade, eu nunca tinha empurrado porta de casa dos outros sem autorização. Também nunca me senti tão observado por tantos pares de olhos, de vizinhos escondidos em seus casebres. E agora? Além de invadir a casa, eu também levaria a criança? Mesmo sendo conselheiro tutelar, eu podia fazer isso? Ou deixaria a criança e procuraria ajuda? E se, nesse meio tempo, acontecesse alguma coisa com a menina? Eu seria acusado, e com razão, de omissão de socorro?

Em meio a tantos questionamentos, olhei novamente para aquela menininha de olhos grandes. Então, alguma coisa aconteceu! De repente, fez-se luz! O ECA, é claro, que estava no porta-luvas do meu carro e que era exaustivamente debatido em nossas reuniões de quarta-feira, na sede do Conselho, tinha a resposta! Afinal, existe nele um artigo que diz que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão. Além do mais,

eu havia sido eleito pela comunidade para atuar como conselheiro e era minha obrigação zelar pelos direitos desses seres em formação.

Diante de tantos pensamentos, bati com força na porta da casa ao lado e – não sei se pelo meu tom de voz ou pela indignação de ver uma criança numa situação tão humilhante –, consegui descobrir com os moradores que a mãe da menina havia saído no dia anterior, para encontrar com o companheiro. Que essa não era a primeira vez que ela deixava a filha sozinha. E que a menina tinha nome: Ana. Assim, tomei a única decisão que poderia ter naquela situação: entrei na casa com Lúcia.

Eu e a professora enrolamos a criança num lençol que encontramos esquecido sobre uma cadeira e fomos para o carro. Ana não reagiu e nem chorou. Antes de ligar o motor, virei-me para os vizinhos, que naquele instante já se encontravam todos na rua, e lhes disse:

– Avisem a mãe da garota que o Conselho Tutelar levou a filha dela para o abrigo municipal, e que ela procure o Conselho imediatamente.

Ana foi encaminhada ao Juizado da Infância e da Juventude e permaneceu no abrigo por um bom tempo. Sua mãe procurou-a somente cerca de duas semanas depois, e, assim mesmo, porque foi convocada pelo Conselho Tutelar. Não parecia muito abalada por termos entrado em sua casa e levado sua filha... ou o lençol.

Passados dois meses, Ana parecia outra menina. Corria, brincava e interagia normalmente com as outras crianças. Tinha até ganhado peso!

Hoje, recordando o que se passara naquela tarde, penso que, talvez, o que mais tenha me mobilizado não tenha sido a atitude covarde dos responsáveis pela menina, nem a omissão dos vizinhos.

O que verdadeiramente emocionou-me foram aqueles dois olhos, grandes e opacos, que nos fitavam, de uma menininha de nome Ana que se entregou, sem reagir, nas mãos de dois estranhos. A atitude de Ana permitiu, do jeitinho dela, que a luz do ECA lhes devolvesse o brilho!

Maria do Carmo Brant de Carvalho

Naquela tarde de sábado, quem mais brilhou foi o ECA

Esse texto é uma narrativa que apresenta um pouco do contexto das demandas que chegam ao Conselho Tutelar e da situação de precariedade vivida por parte dos cidadãos. Apresenta, ainda, um dos cenários da violência familiar. Esse cenário nos convoca a destacar três questões.

A primeira delas remete aos 17 anos de vigência do Estatuto e à percepção do que foi possível construir nestes anos. O relato mostra, pelo recebimento de uma denúncia por telefone, que alguns cidadãos conhecem a função do Conselho Tutelar e reconhecem o trabalho dos conselheiros tutelares desse município. Também é possível constatar, na narrativa, que, em certa medida, configura-se, por parte do conselheiro, uma fragilidade e solidão frente ao inusitado, mostrando que é necessário investimento no fortalecimento dos conselheiros, por meio de formação e de articulação de uma rede de proteção social eficiente.

A segunda questão sobre a qual somos convocados a refletir é a violên-

cia familiar. No relato, encontramos um quadro em que uma mãe negligencia os cuidados necessários a uma criança de três anos e, no mesmo contexto, um cidadão que toma conhecimento da situação e a denuncia. Este paradoxo explicita a presença de uma mudança de paradigma na concepção dos direitos no âmbito familiar, reconhecendo que as regras que os pais impõem aos filhos não são inquestionáveis. Que quando estes causam danos às crianças, os outros adultos podem e devem intervir pessoalmente ou demandar a participação dos serviços públicos. Outro aspecto desta questão é uma certa tendência em associar a violência familiar às situações de vida precária, tendência esta que é contraposta pelo relato, pois a situação aparece como recorrente na vida da menina Ana, mas singular no contexto daquela comunidade. As marcas da violência se mantêm quando não são elaboradas e afastadas como a peste. É sempre fundamental que os

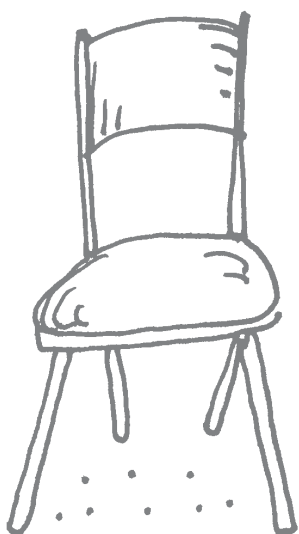
diversos envolvidos na situação de violência sejam considerados demandantes de apoio e atendimento, pois as relações de violência podem imprimir, especialmente nas crianças, funcionamentos relacionais repetitivos.

A terceira reflexão refere-se à complexidade das soluções que as situações de violação de direitos exigem. O abrigo, solução dada com a maior eficiência e competência do conselheiro, é uma parte necessária da solução, mas não toda, pois o necessário afastamento da criança de um universo familiar negligente demanda investimentos e cuidados direcionados aos adultos para que a criança não precise ser privada da convivência familiar por tempo indeterminado. Se isso se configurar como única opção, é necessário que se busquem outras oportunidades

de convivência familiar para a criança, como uma família substituta.

O diálogo com este relato chama a atenção para o brilho do ECA, um brilhar de estrela-guia e de analogia reiterada por aqueles que afirmam o paradigma da proteção integral às crianças e adolescentes. Lembramos que a motivação desta produção – concurso de causos do ECA – agrega a perspectiva de fazer deste brilho uma constelação.

Maria do Carmo Brant de Carvalho é coordenadora geral do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), é pós-doutorada em Ciência Política pela École des Hautes Études en Sciences Sociales da Universidade de Paris, na França, e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).



Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 22 - Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

Art. 131 - O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não-jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

Art. 136 - São atribuições do Conselho Tutelar:

- I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
- II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;
- III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
 - a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
 - b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;
- VII - expedir notificações;
- VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;
- XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

Artigos do ECA

Naquela tarde de sábado, quem mais brilhou foi o ECA

Menção honrosa

JÉFERSON E ANA EM BUSCA DE UMA VIDA MELHOR

Vanilda Maria Fonseca Santos
Belo Horizonte – MG



Vanilda estudou ciências biológicas e, atualmente, é produtora de eventos.

Este é o relato de como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) alterou a vida de dois adolescentes com situações socioculturais opostas.

Jéferson, segundo filho de dona Josefa – moradora de rua, catadora de papel e usuária de drogas –, nasceu em 11 de dezembro de 1989 e usava como berço uma caixinha colocada no carrinho de catar papel. À noite, a família dormia sob um viaduto.

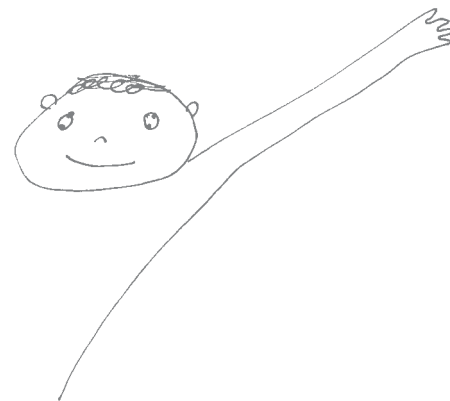
Ana, minha filha caçula, nasceu no dia 30 de outubro de 1989. Morávamos num apartamento em que havia um quarto mobiliado e decorado só para ela. Aos dois anos, Ana chamava a atenção de todos com sua graça. Seu mundo era repleto de pessoas queridas, que lhe dispensavam amor e atenção, e também de pessoas desconhecidas que a olhavam com olhar terno e receptivo.

Com dois anos, Jéferson começava a descobrir que era quase invisível. Sentado no carrinho de papel, às vezes sentindo frio, calor, fome ou sede, olhava ao seu redor a multidão agitada cruzando as ruas. Era raro seu olhar encontrar o de outra pessoa. Os outros estavam sempre com pressa. Com os olhinhos atentos, ele percebia o mundo ao seu redor, um mundo ao qual, aos poucos, ia descobrindo não pertencer. Jéferson era um expectador das ruas cheias de carros, com prédios imensos e gente andando de lá pra cá.

Aos oito anos, Ana se destacou no esporte que praticava, ganhou medalhas e foi convidada a treinar no melhor centro do mundo de formação de meninas atletas de ginástica rítmica desportiva, em Sófia, na Bulgária. Passou lá todo o mês de julho de 1998, sob a supervisão de sua treinadora e da técnica da equipe campeã das Olimpíadas.

Aos oito anos, Jéferson vivia um pesadelo. Morando em um barraco com sua irmã, sua mãe e seu padrasto, ele assistia a mãe ser espancada regularmente pelo padrasto. Faltava à escola freqüentemente, pois o padrasto trancava todos em casa por até três dias.

Um dia, ele viu a mãe cair, sem sentidos, durante uma surra. Ela foi levada ao hospital e faleceu pouco tempo depois. A guarda de Jéferson e sua irmã foi transferida para uma tia. Ele ficou com a tia pouco tempo, pois



não estava mais disposto a confiar em adultos para cuidarem dele. Aquela casa pouco se diferenciava da que ele vivera com sua mãe e o padrasto. Julgou que as ruas eram melhores para abrigá-lo e cuidar de si mesmo lhe pareceu mais seguro. Morou embaixo de viadutos e em depósitos de papel no centro da cidade, ganhou a vida ajudando catadores a recolherem papel, vendendo pequenas quantidades de droga, cometendo atos infracionais. Foi ao praticar um desses atos que Jéferson foi pego, levado a uma unidade de internação, julgado e sentenciado com a IV medida socioeducativa: liberdade assistida.

Então minha vida e a da Ana se cruzaram com a do Jéferson.

Eu, mãe de três filhos saudáveis, educados e felizes, desejava ajudar uma criança ou adolescente negligenciado. Assim, procurei o Programa de Liberdade Assistida da Prefeitura de Belo Horizonte (MG), me ofereci como orientadora social e fui apresentada ao Jéferson. Ele me surpreendeu em todos os sentidos pois, como adolescente infrator, eu esperava encontrar um menino arredio, agressivo e resistente. Ao contrário, ele se mostrou aberto, inteligente e compreensivo. Aceitou-me imediatamente, demonstrou grande gratidão por meu interesse, abriu-se e me contou sua história triste.

Ao longo de dois anos, Jéferson e eu nos encontrávamos uma vez por semana para conversar, passear e cuidar de questões práticas. Ele tirou todos os documentos, voltou à escola para cursar a quinta série, fez tratamento dentário. Trocamos idéias e discutimos vários assuntos. Uma vez ele me disse que nunca imaginou sentir tanta vontade de viver e de um dia constituir família, ter um filho, educá-lo e mostrar a ele as coisas boas da vida. Jéferson conheceu comigo o posto de saúde, a biblioteca, museus, cinema, alguns restaurantes, as praças e parques da nossa cidade. Foi nestes passeios que ele descobriu e sentiu que a cidade é dele também, que ele pode ir e vir em todos os lindos espaços que ela oferece.

Jéferson era uma pérola dentro da ostra que são os lixões, os guetos e viadutos urbanos. Ele cumpriu a medida imposta pelo juiz, esforçou-se muito para ser melhor, passou a andar limpo e bem cuidado, nunca mais

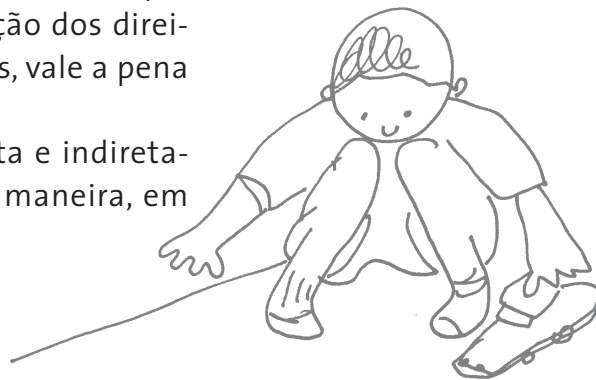
se atrasou para nenhum compromisso, nem rejeitou um novo aprendizado. Tratava-me com enorme respeito e carinho, mudou sua visão em relação aos que o cercam e mudou sua auto-imagem. Hoje ele se julga mais importante e mais capaz, sonha com uma vida melhor, pretende ser advogado e se sente mais agente do que vítima de seu próprio destino.

Jéferson e Ana encontraram-se aos 16 anos, quando as vidas dos dois, antes tão opostas, começaram a ter pontos em comum. Ambos precisavam tirar carteira de trabalho e CPF: ele, para buscar um emprego na Associação Municipal de Assistência Social (AMAS), ela, para realizar um trabalho como modelo. Levei-os para tirar os documentos e observei os dois saírem juntos do carro, ela passando informações a ele sobre o que era necessário fazer lá dentro. Depois vi os dois juntos no banco, ela guardando lugar na fila para o caixa, enquanto ele providenciava os formulários. Os dois sorrindo, conversando, se ajudando.

A medida de liberdade assistida do ECA foi, para Jéferson, o divisor de águas em sua vida; deu-lhe visibilidade como pessoa, limite e proteção como adolescente. Aos 16 anos, ele teve alguma chance de transformar sua história.

Para Ana, o encontro e experiência positiva com Jéferson despertaram o interesse em conhecer o ECA e contribuir para o resgate da cidadania de outras pessoas em situação de exclusão. Na escola, ela ajudou a fundar e faz parte de uma associação que apóia e promove o intercâmbio cultural, a cidadania e os direitos de jovens indígenas. Aos 16 anos, ela descobriu que temos os instrumentos necessários para a proteção e promoção dos direitos de nossas crianças e adolescentes e, para torná-los eficazes, vale a pena participar e ajudar a criar condições de aplicabilidade da lei.

Jéferson e Ana, dois jovens que tiveram suas vidas direta e indiretamente alteradas pelo ECA, hoje prosseguem, cada um à sua maneira, em busca de uma vida melhor.



Karyna Batista Sposato ***Jéferson e Ana em busca de uma vida melhor***

“Talvez o paradoxo mais decisivo seja o colocado por nossa necessidade simultânea de reconhecimento e de independência: que o outro escape ao nosso controle e que, no entanto, necessitemos dele. Manter esse paradoxo supõe a primeira luz para compreender os vínculos do amor. Isso não significa desfazer o que nos une aos demais, mas desemaranhá-lo; não fazer dele travas, ataduras, mas circuitos de reconhecimento.”

Jessica Benjamin

Jéferson e Ana poderiam representar duas adolescências distintas. Uma cisão coloca-os em situações de vida diametralmente opostas – a menoridade e a adolescência.

Utilizando as provocações da psicóloga social mexicana Esperanza Figa, podemos nos indagar: “Quem é um adolescente? Quem é o outro adoles-

cente? O que é o outro, aquilo, aquele que não sou eu? Algo-aquilo que definimos por negação, que é a partir e somente com a condição de ser o que eu não sou?”

No caso, Ana é adolescente, Jéferson não é. Sua situação de vulnerabilidade e violações de direitos fundamentais chega quase a retirar sua condição de sujeito, do adolescente que é. Espelho invertido: as qualidades e circunstâncias pessoais de Ana se transformam em não-qualidades e não-circunstâncias de Jéferson.

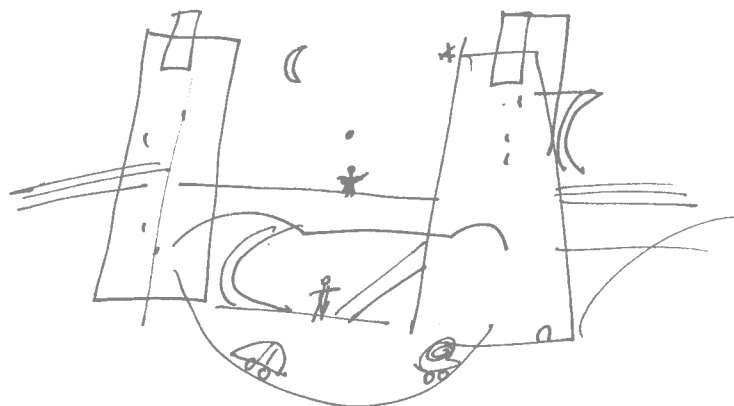
O desafio, lançado há 17 anos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e demais instrumentos normativos que hoje configuram um verdadeiro Corpus Iuris de defesa da criança, está na superação de tais oposições. E também no reconhecimento de que Jéferson e tantos outros adolescentes em situação de extrema pobreza, vulnerabilidade pessoal e social, exploração do trabalho, convívio com as drogas e prática de infrações penais, SÃO.

E tomando o que diz Hannah Arendt: “As condições da existência humana – a própria vida, a natalidade, a mortalidade, a mundanidade, a pluralidade e o planeta Terra – jamais podem ‘explicar’ o que somos ou responder a pergunta sobre o que somos, pela simples razão de que jamais nos condicionam de modo absoluto.”

Quando desconstruímos a idéia pré-fabricada do adolescente infrator, “(...)arredio, agressivo, resistente (...), que andava sujo (...), mal cuidado”, e reconhecemos nesse ‘outro’ que nos atravessa, um indivíduo com história, identidade e constituição afetivo-emocional concretas, as dimensões desse encontro se transformam e nos trans-

formam. E essa é a parte feliz da história de Jéferson, Ana e também da orientadora-narradora-mãe. O encontro, o reconhecimento da cidade e a relação estabelecida permitiram que um novo ponto de conexão fosse construído, a partir das semelhanças e não das oposições/diferenças. O projeto de vida, o trabalho, a busca de uma vida feliz – direitos, liberdades, potencialidades que são.

Karyna Batista Sposato é advogada, consultora do UNICEF, foi diretora executiva do ILANUD no Brasil, e é autora do livro *Direito penal juvenil*, além de diversos artigos sobre os direitos da criança e do adolescente.



Artigos do ECA

Jéferson e Ana em busca de uma vida melhor

Art. 71 - A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Art. 112 - Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º - A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º - Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º - Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Art. 118 - A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º - A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º - A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.



ECA na Escola

A escola é o lugar onde crianças e adolescentes aprendem português, matemática, história, geografia, mas também têm lições sobre como se relacionar com colegas, professores e funcionários, como construir suas noções de cidadania e – por que não? – como descobrir seus direitos, garantidos por lei.

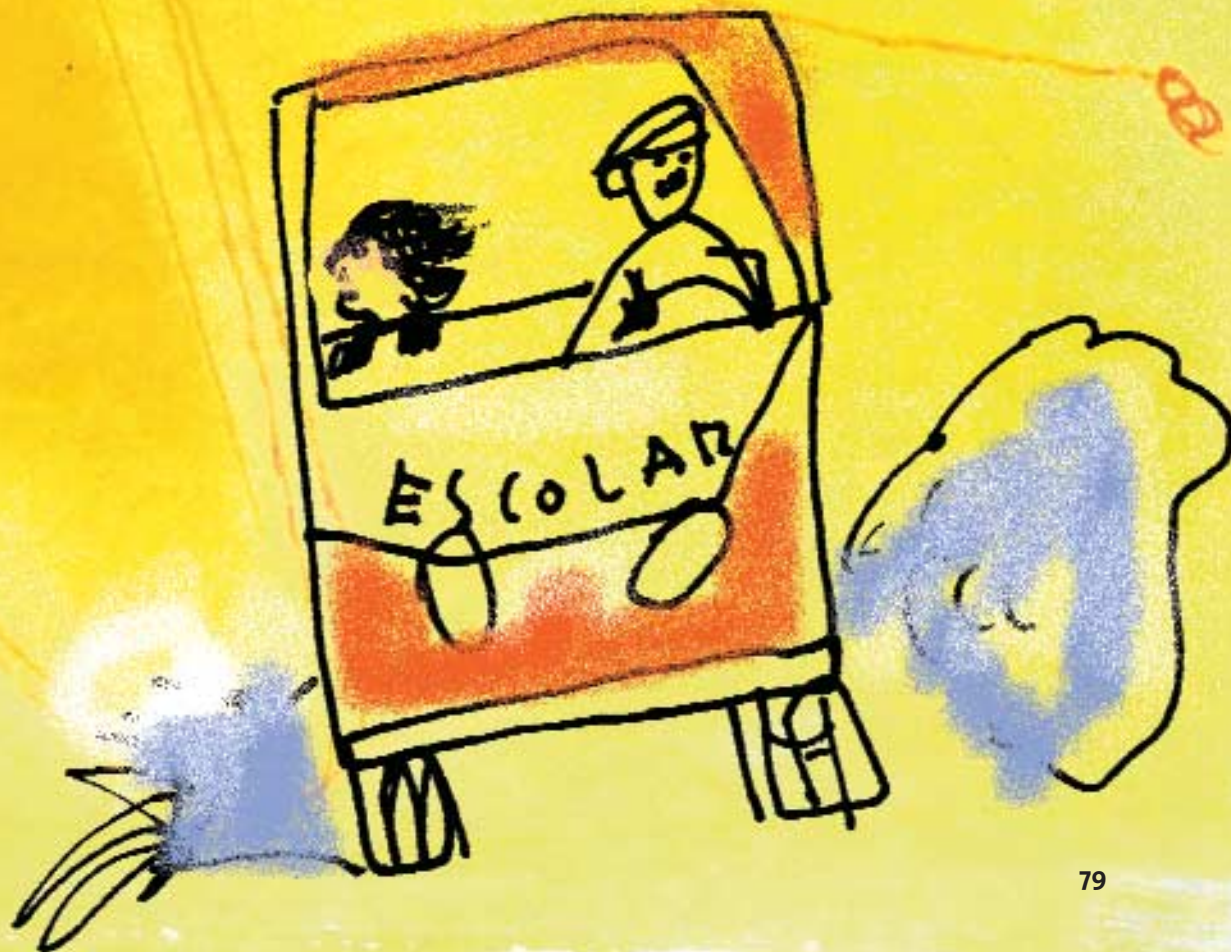
A categoria “ECA na Escola” foi criada para valorizar as ações que envolvem o ECA e o universo escolar, abordando a importância do papel e da atuação dos educadores – tanto na sala de aula como fora dela – em disseminar o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Conheça o trabalho e esforço de alguns profissionais e cidadãos que têm lutado para garantir a inclusão escolar de alunos com deficiência ou dificuldade de aprendizado; para garantir o transporte público a estudantes moradores da zona rural; ou para promover a discussão e a implantação de um projeto, dentro da escola, sobre o delicado tema da violência doméstica. Estas e outras histórias serão narradas nos causos das páginas seguintes.

1º lugar

UM DOS MAIORES TESOUROS: O SABER

André de Bastos Cardoso
Cana Verde – MG



*André é conselheiro
tutelar de Cana Verde.*

Este fato ocorreu numa escola municipal que fica no Povoado do Morembá de Cima, localizado a aproximadamente 17 quilômetros da sede do município de Cana Verde (MG), servido por estradas precárias de terra batida.

Início do ano letivo de 2007. Costumeiramente, a professora Rita Jerônimo da Consolação começa a aula fazendo a chamada dos alunos de primeira a quarta série do Ensino Fundamental, todos reunidos numa única turma. Ao pronunciar o nome de Esmeralda da Silva Rocha, aluna de sete anos, que no ano anterior freqüentou a fase introdutória, mas não a concluiu, Rita olha o diário e a carteira vazia e se entristece. Esmeralda, apaixonada pelos estudos, não pode continuar usufruindo de seu direito fundamental à educação, garantido por lei. A família da menina – seus pais e mais duas irmãs, uma de quatro anos e outra de dois anos – reside na Serra do Quebra Dente, distante da escola cerca de quatro quilômetros, por estradas quase intransitáveis. O pai de Esmeralda, o Sr. Jonas Rocha, havia tentado conciliar o trabalho de lavrador com o transporte da filha até a escola, por conta própria. No entanto, não conseguira ultrapassar o mês de junho.

A professora Rita, conhecendo o potencial da criança e ciente do direito fundamental violado, não se conteve e procurou a Secretaria Municipal de Educação, para a qual expôs as dificuldades enfrentadas pelo pai de Esmeralda para mantê-la na escola. A primeira indagação da secretária foi se a Serra do Quebra Dente de fato pertencia ao município de Cana Verde. Em seguida, foi logo dizendo que a educação não tinha verbas para custear o transporte escolar, mesmo porque o caso de Esmeralda era único e isolado.

Não se dando por satisfeita, a professora Rita procurou o Sr. Jonas e o colocou a par de tudo que ouvira da secretária de Educação. No dia seguinte, ele foi pessoalmente à Secretaria da cidade vizinha, onde lhe foi dito que, se o local onde residia fizesse parte do município de Perdões, no outro dia, o veículo escolar iria buscar Esmeralda em casa para levá-la à escola. Infelizmente não era esse o caso. O máximo que puderam fazer foi orientá-lo a procurar o Conselho Tutelar do município onde a família morava.

Na mesma semana, o Conselho Tutelar de Cana Verde recebeu a ilustre visita. Ouvido o pai de Esmeralda, todo o relato foi oficializado e a primeira medida tomada foi a requisição de serviço público na área de educação. Não se dando por satisfeita, a excelentíssima secretária de Educação convocou o Sr. Jonas, juntamente com os conselheiros tutelares, a ouvirem um longo discurso, no qual relatou que, em sua época de estudante, além de trabalhar para ajudar em casa, ainda não tinha nenhuma regalia: para estudar, precisava andar o dobro da distância entre a casa de Esmeralda e a escola. Mesmo assim, conseguira chegar ao cargo de secretária da Educação.

Várias propostas foram feitas, contudo não se chegou a um acordo. O pai da aluna saiu nervoso da reunião e a responsável pela área de educação afirmou que iria depositar uma certa quantia em dinheiro na conta corrente do Sr. Jonas, para que ele mesmo levasse a filha à escola, em veículo próprio.



Como a reunião não surtiu efeito, a professora Rita procurou o Conselho Tutelar e apresentou o número de faltas de Esmeralda. O Conselho, em decisão unânime, levou o caso ao conhecimento do Ministério Público, que moveu uma ação civil pública contra o município de Cana Verde, obrigando-o a fornecer o meio de transporte à menina. Na segunda semana do primeiro mês do ano letivo de 2007, o novo secretário de Educação compareceu ao Conselho Tutelar e alegou que havia solucionado o problema. Segundo ele, outras crianças de outras localidades do município também estavam sendo beneficiadas pelo transporte escolar. O relato foi confirmado com a visita do Conselho à escola e à casa da pequena Esmeralda, que desde então não se aparta dos livros, atendendo as expectativas de sua professora.

Como o ciclo da vida é fato, torçamos para que Esmeralda possa no futuro seguir o exemplo de Rita, ajudando outras crianças que, assim como ela, também sonham ocupar o lugar merecido nesta sociedade de tantos contrastes.

Heródoto Barbeiro

Um dois maiores tesouros: o Saber

O caso contado pelo André de Bastos Cardoso é uma daquelas histórias deliciosas em que, no final de tudo, vence o bem. Contudo, há um elemento novo nessa: a reação cidadã. Mesmo em Cana Verde, interior de Minas Gerais, as pessoas estão tomando cons-

ciência de que não são mais apenas objetos da história. São sujeitos, têm dignidade e aprenderam que não podem mais ficar passivas, como no passado. O conhecimento dos direitos e da lei difundidos, inclusive, pelos meios de comunicação de massa, conscientizam

as pessoas de que é preciso lutar, resistir, bater na porta de quem tem a responsabilidade pela educação e enterrar definitivamente o Jeca Tatu. A história mostra que as coisas mudaram para melhor, que há resistência cidadã e que esse é um exemplo a ser seguido.

Mesmo em locais mais próximos dos grandes centros, essas violações dos direitos humanos se repetem. Recentemente, uma prefeitura da Grande São Paulo foi processada pelo Ministério Público porque só transportava para a escola alunos do Ensino Fundamental e se recusava a levar estudantes do Ensino Médio. Em outra casa distante da escola, de uma família de dois filhos, um deles ia de ônibus escolar e o outro ia a pé. Havia lugar no ônibus, mas a burrice e a insensibilidade prevaleciam. Graças a uma denúncia na imprensa e à ação do promotor, o bom senso prevaleceu.

É preciso mais informação para que as pessoas saibam que têm direitos e precisam ser respeitadas. Assegurar educação é apostar no desenvolvimento do País, e isso começa com a pequena Esmeralda. O caso relatado pelo André é emblemático, e representa muitos outros espalhados pelo Brasil, que precisam ser conhecidos por toda a sociedade. É um exemplo dos novos tempos, do fim do conformismo, da ação consciente de promotores públicos, de reação a imposições tão comuns no passado. Essa é a virada de que o Brasil precisa para crescer e proporcionar aos seus habitantes uma sociedade mais justa, humana e igualitária. É preciso reagir, sempre! Viva a Serra do Quebra Dente!

Heródoto Barbeiro é jornalista da TV Cultura e da Rádio CBN.

Art. 53 - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

...

V - acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54 - É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

...

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela freqüência à escola.

Art. 86 - A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Art. 88 - São diretrizes da política de atendimento:

I - municipalização do atendimento;

II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federais, estaduais e municipais;

...

V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;

VI - mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.

Artigos do ECA

Um dos maiores tesouros: o Saber

2º lugar

DO SILÊNCIO AO SORRISO

Ivanete Nunes de Oliveira
Paulo Jacinto – AL

*Ivanete é formada em
letras com habilitação em
português, inglês e
literatura, pedagoga com
gestão em educação,
professora e coordenadora
de Educação Rural.*



Naquele dia, durante uma “brincadeira” regada a álcool, o menino João, de 13 anos, órfão de pai, matou um colega com uma arma. Desde então, ele e sua família tiveram o rumo de suas vidas mudado para sempre. De menino agitado e travesso, João passou a ser tratado como um sujeito perigoso. Não saiu ileso ao julgamento social, feito à boca miúda, pelas calçadas, portas e praças da cidade pequena, revelando o medo de uma situação incomum, aliado à total descrença nos meios estatais para resolver conflitos e na capacidade de superação de uma criança.

Passou-se algum tempo até que João voltasse para a escola, cumprindo determinação judicial. Na sala dos professores, todos fomos avisados, e um silêncio cheio de dúvidas dominou o ambiente. Nunca a escola tinha lidado com alunos nessas circunstâncias. Mas era nosso papel acolher João.

Primeiro dia da volta. Vou para a classe entre confiante e sobressaltada, querendo fazer o meu melhor, mas duvidando da capacidade da escola e da própria justiça para conduzir o caso. Decidi agir naturalmente, procurando conversar com João. Tudo ficaria bem. Afinal, ele não era nem uma força da natureza, nem um ser sobrenatural ou inominável. Era apenas um menino.

Desde o primeiro dia, ele se mostrou resistente a qualquer tentativa de aproximação. Brigas, confusões e palavrões passaram a fazer parte de nosso cotidiano escolar, agora permeado por insultos e lembranças da infração de João. O medo que os próprios colegas tinham dele só aumentava sua agressividade e incentivava seu isolamento. Para complicar, o garoto tinha duas irmãs menores, que estudavam na mesma escola e também sofriam com as circunstâncias. João era tratado como um problema pela sociedade, pelos colegas, pela família e pela escola. Mas não deixava de ser um menino.

Depois do grande julgamento público, dos olhares de reprovação, do afastamento, fez-se silêncio. João era agora “só mais um caso perdido”. Todos pareciam saber qual seria seu futuro. Ninguém esperava muita coisa dele. E ele respondia com exatidão a essas expectativas.



Certo dia, a turma estava mais agitada do que de costume. Quantas vezes fui chamada pela secretaria? Quantas vezes parei a aula, conversei e reocupeí aquela classe? Perdi as contas, mas nunca me saiu da memória o olhar de João quando, depois da milésima perturbação, o olhei e lhe disse: “Basta! Será que não basta?” Ele me olhou de volta em silêncio, como quem concorda, e repetiu: “Basta!” Pela primeira vez, senti que havia uma comunicação entre nós. Uma comunicação silenciosa, simples e que, apesar de frágil, foi capaz de resistir à algazarra de crianças que terminavam o dever, minutos antes do intervalo.

Tocou o sinal. A turma saiu, como sempre fazia. João me olhou mais uma vez e saiu. Eu também saí, mas já não era a mesma professora que entrara na sala de aula horas antes. Saía alguém que tinha dito: “Basta de silêncio!”

Vieram, então, as primeiras palavras: a coordenação da escola realizou reuniões, porque era preciso refletir, conversar, discutir, encontrar caminhos, mudar a forma de agir! O que mais a escola podia fazer? João, em liberdade assistida, já estava devidamente matriculado.

A escola cumpria a lei: enviava a freqüência e o aproveitamento escolar do garoto. Tudo direitinho, de acordo com o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Mas o que mais aquele livrinho poderia fazer por aquele menino? Garantia-lhe o direito de não ficar preso em estabelecimentos prisionais para maiores de 18 anos. No entanto, ele continuava preso ao estereótipo que a sociedade lhe impusera para mantê-lo longe.

Chegamos à conclusão de que enviar as listas de freqüência e aproveitamento não era suficiente. Já que queríamos cumprir o ECA, o faríamos integralmente. Que fosse cumprido o artigo 3º e déssemos todas as oportunidades e facilidades de que João precisava para se desenvolver física, mental, moral, espiritual e socialmente “em condições de liberdade e dignidade”. Que se combatesse toda forma de discriminação, como prega o artigo 5º do ECA, também em relação a João. Que buscássemos maior participação de sua mãe, também professora, também confusa, também querendo ajudar o filho.

Assim foi feito: reuniões entre os próprios professores e coordenação, a fim de encontrar caminhos; reuniões com João e sua mãe; conversas e acompanhamentos do desenvolvimento dele, de seu comportamento em sala, de sua desenvoltura e relacionamento com os colegas. Principalmente nas aulas de Português e Redação, promovemos discussões sobre o preconceito e a discriminação em qualquer nível, a fim de combater o pensamento determinista sobre o futuro de alguém, a visão opressora e preconceituosa do coletivo. O afastamento e os insultos por parte dos colegas em relação a João e suas irmãs motivaram a aplicação de trabalhos em grupo e de atividades que buscassem a interação e o autoconhecimento.

Mais do que atenção, oferecemos a João amizade e compreensão. A comunicação já não acontecia apenas pelo olhar. Ela se consolidou e perdurou pelo sétimo e oitavo anos do Ensino Fundamental, que João cursou naquela escola. Pudemos acompanhar, então, seu progresso lento, porém, seguro, e seu amadurecimento saudável. Nossa luta para que o Estatuto da Criança e do Adolescente não fosse apenas mais um punhado de palavras belas e mortas foi diária. O ECA concretizou-se na vida de João, ao contrário do que ainda acontece hoje com tantas vidas que mal se iniciaram e já são cerceadas pela negação de uma série de direitos.

Hoje João cursa o segundo ano do Ensino Médio, passou por acompanhamento com psicólogos, aprendeu a tocar instrumentos musicais e faz parte da banda de fanfarra do município. Fico feliz todas as vezes que seus atuais professores falam de seu comportamento e desempenho escolar. João acaba de cumprir medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, prevista no artigo 117 do ECA, com realização de tarefas junto ao Conselho Tutelar do município. Assim ele vem contribuindo, ainda que indiretamente, para que outras crianças e adolescentes tenham respeitados seus direitos, na escola, na família e na sociedade.

Antonio Carlos Gomes da Costa

Do silêncio ao sorriso

“A educação é direito de todos e dever da família e do Estado”, rezam a Constituição e o ECA. Fazer valer esse direito, no entanto, não é algo simples e nem fácil. Entre as situações de risco em relação às quais crianças e adolescentes devem ser “colocados a salvo” destacam-se a “negligência, a discriminação, a violência, a crueldade e a opressão”. Nos casos dos adolescentes em conflito com a lei, em razão do cometimento de ato infracional, esse elenco de violações parece funcionar de forma orquestrada e subjacente, e não de modo ostensivo e proclamado aos olhos da sociedade.

Na verdade, quando falamos de casos como o de João, não estamos falando apenas de discriminação; estamos falando de um conjunto mais amplo de violações aos direitos. A discriminação funciona como a conduta-mãe das demais práticas violadoras, cujo resultado é a inviabilização escolar de vidas ainda em seu início.

O ato infracional – principalmente aquele cometido com violência ou

grave ameaça à pessoa – tende a gerar um clima de insegurança na população, fazendo com que se desencadeiem sobre seus autores mecanismos diretos e indiretos, conscientes e inconscientes de segregação. Daí a compreensível dificuldade da escola em lidar com esses casos. Afinal de contas, qual educador – em sua formação básica ou em seu treinamento em serviço – foi preparado para isso?

Daí o caráter exemplaríssimo do caso de Ivanete Nunes de Oliveira, de Paulo Jacinto (AL), chamado de “Do silêncio ao sorriso”, em que ela nos narra sobre como foi possível a uma comunidade escolar, atuando de forma articulada e conseqüente, enfrentar e vencer o desafio de incluir na escola, na comunidade e na vida social mais ampla um jovem que tinha tudo para ser mais um abandonado pelo sistema oficial de ensino.

É interessante observar que Ivanete não passou por cursos de capacitação e de especialização sobre o ECA. Ela é

uma professora com a mesma formação dos demais. Qual foi, então, o seu diferencial? Ela compreendeu – muito mais que a letra – o espírito da lei. Foi assim que procurou “apoiar-se nas suas próprias forças, nas forças dos que estavam com ela (equipe) e na força das circunstâncias” para fazer com que as conquistas do estado democrático de direito funcionassem em favor de João.

A história de Ivanete e João é – como diz o Relatório Jacques Delors a respeito da educação – “um tesouro a descobrir”. Mais do que competência técnica, este caso é um exemplo de compromisso ético e de vontade políti-

ca no propósito de defender e promover o novo direito da infância e da juventude no Brasil.

Que a mestra alagoana deixe de ser a exceção de hoje para ser a regra feliz de amanhã em nosso sistema de ensino. Obrigado, professora Ivanete, por esta lição de cidadania.

Antonio Carlos Gomes da Costa é pedagogo, presidente da Fundação Antonio Carlos e Maria José Gomes da Costa e da empresa de consultoria Modus Faciende. Foi oficial de projetos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e participou da redação do ECA.



Artigos do ECA

Do silêncio ao sorriso

Art. 6º - Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Art. 53 - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 112 - Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;

...

Art. 118 - A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º - A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º - A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Art. 119 - Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

- I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;
- II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;
- III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;
- IV - apresentar relatório do caso.

3º lugar

EDUCAÇÃO E SUPERAÇÃO: UMA REALIDADE!

Marcela Perdão Capelletto
Itatiba – SP



Marcela é licenciada em ciências, matemática e pedagogia, é professora do Ensino Fundamental e trabalha em um projeto com crianças surdas.

Sempre gostei de trabalhar com alfabetização, mas meu grande desafio aconteceu no primeiro dia de aula de 2001. Eu havia assumido uma primeira série e estava recebendo os alunos na sala, quando chegou mais uma mãe de mão dada com a filha, entrou e disse:

– Boa tarde, professora! Esta é a Bárbara, sua nova aluna. Ela é surda!

Embora eu já soubesse que iria receber uma aluna surda, naquele momento achei que não estava preparada para isso. Perdi o chão. E agora, o que eu faria? Como ensiná-la? Como socializá-la? E o mais importante: como me comunicar com essa criança?

Para minha sorte, a mãe de Bárbara sempre foi – e é até hoje – muito presente. Primeiro, ganhei dela um manual da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), no qual havia muitas palavras. Em algumas, os sinais eram básicos e, para as mais complicadas, eu pedia orientação à mãe da menina.

Comecei a frequentar um curso de LIBRAS em outra cidade, pois não havia um em meu município. No segundo semestre daquele ano, as mães dos alunos surdos da cidade fundaram uma instituição em que seus filhos recebiam atendimento com fonoaudiólogos, psicólogos e pedagogos especializados. Um curso de LIBRAS também foi oferecido às crianças. Desde então, não parei mais. O ano terminou e eu não tinha mais uma aluna e uma mãe, mas duas grandes amigas.

Em 2003, a mesma instituição desenvolveu um projeto em parceria com a prefeitura do município: montar uma sala de aula especial, para atender as crianças surdas, num total de oito. Fui convidada para ser a professora, o que me deixou muito feliz. Finalmente essas crianças teriam acesso à escola, como prescreve o artigo 53, incisos I e III do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A escola escolhida para o funcionamento da classe nos recebeu de braços e corações abertos, desde a direção até o porteiro. Sem contar os alunos que, em momento algum, discriminaram seus colegas surdos. Mas o primeiro ano de trabalho foi muito difícil, pois, embora já freqüentassem salas de aulas regulares, como prescreve o ECA, meus alunos não tinham nenhum conhecimento. Eram apenas copistas nessas salas, já que os professores não utilizavam a LIBRAS, a primeira língua da pessoa surda.

Essas crianças não tinham sequer noção de tempo: ontem, hoje, amanhã ou dias da semana, já que alguns dias iam à escola e, depois, ficavam alguns dias em casa... Mês e ano então, nem se fala. Também não sabiam como se formava uma família e quais eram os graus de parentesco, por exemplo: a minha mãe tem o sinal de mãe, mas ela também tem um nome, e também tem um pai e uma mãe que são meus avós...

Trabalhamos com essa sala por três anos, eu, um intérprete, um coordenador e os pais. Era infinita a nossa alegria ao ver que, naquele momento, estava sendo cumprida uma lei que permitia que aquelas crianças tivessem oportunidade de aprender. E elas aprendiam mais e mais a cada dia.

Em 2006, esses alunos retornaram para as salas de aulas regulares não mais como copistas, já que, a partir de então, as salas possuíam intérpretes, como é direito dessas crianças. Hoje só posso me orgulhar quando ouço elogios a eles. Desde aquele ano trabalho com o serviço de apoio pedagógico a esses alunos, em período contrário às aulas.

Minha maior satisfação, porém, tem sido acompanhar o desenvolvimento de Bárbara, aquela menininha que conheci em 2001. Quando a reencontrei em 2003, ainda era incapaz de escrever ou mesmo de reconhecer qualquer palavra que não fosse seu próprio nome. Desenvolvimento do raciocínio lógico, então, nem pensar, pois se ela não conseguia nem contar até cinco? Hoje, graças ao exercício de seus direitos garantidos por lei, Bárbara produz e interpreta textos usando a língua portuguesa como segunda língua, e faz cálculos matemáticos pertinentes à sua série – a quinta – sem nenhuma dificuldade.

Maria Cecília de Moura

Educação e superação: uma realidade!

Bárbara, que sorte você teve! Mais do que ter nascido num momento histórico em que direitos são reconhecidos, você encontrou um anjo da guarda, pois já sabemos que, em nosso País, as leis são apenas leis. O que as torna especiais é a disponibilidade de pessoas, também especiais, que desejam mais do que cumprir uma lei, fazer o que consideram seu trabalho.

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi considerada pela lei uma língua em 2002 (lei nº 10.436) e regulamentada pelo decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Mas apenas considerá-la como tal não resolveria os problemas que uma quantidade enorme de surdos enfrenta em seu dia-a-dia escolar em coisas tão simples para aqueles que sabem ouvir... Conte para mim, Bárbara: como é chegar à escola de manhã e ver todas aquelas crianças conversando e você sem entender nada? Como foi para você tentar entender o que o professor falava e conseguir apenas adivinhar uma coisinha aqui, outra ali?

Como você olhava para aqueles papéis com tantas letrinhas incompreensíveis e que esperavam de você mais do que apenas uma cópia? Foi necessário que sua professora, essa sim especial, ainda que a escola não o fosse, se preocupasse em aprender um pouco da língua que facilitava sua vida. Como deve ter sido bom poder entender, poder saber, poder pensar...

Mais do que a lei, que é necessária, é importante que possamos contar com profissionais das mais diferentes áreas: médicos, fonoaudiólogos, professores, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, que possam enxergar uma forma diferente de ser e estar no mundo como algo que acrescenta e não retira, algo que nos mostra novas maneiras de se relacionar, algo que mostra a riqueza das relações entre os seres humanos.

Muito há ainda a ser feito. Mas o depoimento de Marcela nos mostra como é possível tirar da lei mais do que simples palavras e criar modos de ação

que podem mostrar-se efetivos para que a educação, dita inclusiva, não seja uma inclusão perversa que coloca no outro, naquele que porta a diferença, a necessidade de se adaptar a um mundo que já está pronto para os assim ditos normais.

Quando falamos de inclusão, devemos falar também de possibilidades maiores, que não dizem apenas respeito a estar junto, mas a usar a língua como fator de construção de identidades íntegras, ainda que diferentes.

Parabéns a Marcela, que conseguiu encontrar um caminho possível de ser trilhado. Parabéns a Bárbara, que pôde mostrar a si própria e a sua família que era capaz de...

Somos muito mais capazes do que podemos imaginar, mas temos que acreditar que o somos e, para isso, temos de contar com um outro que aposte em nossa possibilidade de vir a ser...

O fato de podermos contar com esse depoimento neste momento já nos mostra o quanto caminhamos. Mostramos também que há muito a ser trilhado neste imenso mundo marcado pela intolerância ao diferente. Só posso esperar que mais e mais pessoas entrem em contato com esse maravilhoso mundo em que uma nova forma de comunicação pode estar presente e salvar uma pessoa, transformando-a de incapaz em plenamente capaz, ainda que de forma diferente...

Maria Cecília de Moura é fonoaudióloga clínica, doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professora da Faculdade de Fonoaudiologia e coordenadora do GT Linguagem e Surdez da mesma faculdade. É autora do livro *O Surdo – Caminhos para uma nova Identidade* e presta assessoria para escolas municipais especializadas para surdos.

Artigos do ECA

Educação e superação: uma realidade!

Art. 7º - A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 11 - É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. (Redação dada pela Lei nº 11.185, de 7/10/2005)

§ 1º - A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.

§ 2º - Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

Art. 53 - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

...

V - acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54 - É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

...

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

...

Menção honrosa

QUEM ROUBOU MEU FUTURO?

Cirlene Maria Vilas Boas Cunha
Salvador - BA



Cirlene é formada em ciências biológicas e é professora de biologia e ciências na rede pública de ensino.

Falo por um adolescente filho desta nação,
O que poderia servir a outros na mesma situação.
Faço uma denúncia: tentaram roubar seu futuro,
Tirar a esperança do seu coração.
Tentaram roubar seu futuro.
Ele é jovem, ele é duro.
Não sabe o que fazer e nem para onde ir.
Tomaram o seu amanhã
E ele não sabe até quando vai resistir.
Ei, vocês, que venderam o futuro desse garoto
Pelo preço dos trinta dinheiros da corrupção.
Vocês que manipulam a vida de toda a população,
Escutem com atenção:
Temos um novo pensamento,
Para vocês, nós somos a contramão.
Levanto esta questão que, inclusive, se faz urgente.
De repente, não mais que de repente,
Defendemos em alto e bom som os direitos genuínos desta gente,
De toda criança e de todo adolescente.
Direitos que lhes querem negar, de tanto que aqui
As coisas estão de pernas para o ar.
Direitos de um povo sofrido,
De mãos para o alto em vários tipos de assalto.
Mas que ainda pode bradar.
Falar mais firme, falar mais alto, seus direitos reivindicar.

Seu nome é José Vicente e o que acontece com ele,
Acontece com muito mais gente.
Tem apenas 15 anos de miséria e sofrimento profundo.
Sua mãe, além dele, tem mais cinco,
Sendo cada um de um pai diferente
Que deixou a semente e caiu no mundo.
Vicente trabalha desde pequenino,
Catando lata e papel no lixo,
Para vender e ganhar um trocado para comprar comida
E assim ajudar sua mãe.
E assim vai tocando a sua dura vida.
Amanhece e lá vai ele,
Trilhando o mesmo caminho.
Muito mal come um pão.
Nem sonha com o tal "danoninho".
Brincar então, nem pensar.
O que ele sabe sobre direitos e igualdade,
Sem distinção de raça, de classe ou naturalidade?
Quem lhe avisa que todos somos filhos iguais
De uma pátria amada, mãe gentil
Que, como boa genitora,
Não deveria fazer distinção entre as crias?
Apesar de toda a miséria e necessidade de trabalhar,
Vicente está na escola, mas não gosta muito de estudar.
Cansado, desnutrido e desatento,
Como aluno não chega a brilhar.
Mas esse menino tem um grande talento
E sempre que dá, se põe a pintar
Onde pode e até onde não pode.
Ele gosta mesmo é de desenhar.
Exímio nessa arte, qualquer um percebe.





Falta material, mas sobra imaginação.
Ele risca paredes, carteiras, o chão, tudo o que vê.
Nas ruas, picha muros.
Essa é sua mania.
Na escola, todos reclamavam de Vicente.
Só vivia na diretoria.
Nas ruas tomava até surra.
Sua arte ninguém entendia.
Como sua professora, sensível ao seu talento e história,
confiei em seu potencial e idealizei um projeto:
uma oficina de arte.
Dando uma força e fazendo minha parte.
Consegui apoio da diretora da unidade escolar
E doação de material.
Selecionamos alunos interessados, alunos carentes.
Um dos mais empolgados era ele mesmo, justamente.
O garoto rebelde, o nosso Vicente.
Confiamos a ele algumas paredes onde, com tintas doadas,
ele pudesse se expressar.
Um lindo trabalho de grafiteagem estampou-se na escola,
De que ele, então, aprendeu a gostar.
Todos o elogiaram e passaram a valorizar.
Sua auto-estima teve uma melhora considerável.
A escola manteve exposto o seu trabalho admirável.
Suas notas melhoraram, seu comportamento também.
Sentiu-se mais gente, mas os benefícios foram além.
Seu dom foi, por muitos, reconhecido.
Atualmente, bem mais crescido,
Vicente já não picha e nem rabisca em qualquer lugar.
Somente em telas, camisetas e paredes
Que lhe pagam para pintar.

E assim ele vive dignamente do seu dom,
Como um menino-artista; um menino bom.
E o futuro quase roubado de um filho da pátria amada,
Foi, de certa forma, pela escola resgatado.
Futuro presente na vida do nosso Vicente.
Futuro um pouco mais digno, um pouco mais decente.
Futuro com direitos que servem a ele
E a qualquer outro adolescente.
Direitos garantidos por Estatuto vigente.
Que, inclusive, no artigo 58,
Determina que o processo educacional
Respeite o seu valor artístico e cultural.

Gabriel o Pensador

Quem roubou meu futuro?

Assim como o personagem dessa história real, comecei muito cedo a escrever... pelos muros e paredes. Não era a arte do grafite desenhado, mas a rebeldia da pichação pura e simples. Mais adiante, descobri outras formas de me expressar que, além de serem mais interessantes, me ajudaram a abandonar o velho vício de pichar – atividade que já tinha me levado a algumas situações bem perigosas e constrangedoras. E o dom que eu descobri, o

dom da escrita extramuros, que me levou a escrever meus primeiros raps, foi desenvolvido e incentivado (em grande parte) dentro da escola, com a valiosa ajuda dos professores. Bravos professores. Bravos no bom sentido!

Pelo texto da professora Cirlene, pela forma carinhosa como fala de seu aluno Vicente, que virou artista plástico e aprendeu a estudar melhor após integrar a oficina de artes, comprovamos que os professores de hoje conti-

nuam fazendo a sua parte, apesar de muitas vezes não terem o reconhecimento que merecem. O texto bem escrito (e bem rimado, diga-se de passagem) retrata bem o nobre desafio do educador: estar sempre atento aos seus alunos e enxergar neles aquilo que possuem de melhor, para poder (ou pelo menos tentar) consertar o que está mal encaminhado.

O Brasil vive uma situação muito complicada, em que as pessoas estão cada vez mais sem esperança no futuro graças aos maus exemplos que vêm de todos os lados. São vários tipos de bandidos e hipócritas no poder, nos fazendo acreditar que em nosso país o crime compensa e a honestidade não. Nessa confusão toda, o conceito de ética fica mais fraco a cada dia que passa, como

uma criança que não se alimenta, e ela própria, a nossa dignidade, tem o seu futuro ameaçado, refém da corrupção e da impunidade, da miséria e da violência, da covardia geral.

Enquanto alguns se iludem e vêem com admiração os renomados traficantes de suas comunidades ou os policiais assassinos e seus caveirões vingadores, as palavras e atitudes de pessoas como a Cirlene Maria nos fazem lembrar que os verdadeiros heróis, sempre prontos para nos ajudar quando queremos ser ajudados, são os nossos professores. Armados (e nos armando) de esperança e amor.

Gabriel o Pensador é cantor e compositor.



Art. 3º - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 16 - O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II - opinião e expressão;
- III - crença e culto religioso;
- IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI - participar da vida política, na forma da lei;
- VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 58 - No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

Art. 59 - Os municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Artigos do ECA

Quem roubou meu futuro?

Menção honrosa

O ESTATUTO DA LIBERDADE

Girvani José Sulzbacher Seitel
Santo Ângelo – RS

Girvani é graduado em letras, com especialização em metodologia do ensino de português, escritor, professor, e trabalha com adolescentes em medida socioeducativa de meio aberto.



Parado dentro de um fecho de sol, Cassiano tirou do bolso lateral da calça jeans um pássaro e o colocou na concha da mão. Vendo-o, pensei que iria voar de imediato, como fazem as aves em sua ânsia de liberdade. Mas, como ele não bateu as asas, pensei que estivesse doente e, por causa disso, imobilizado.

Na verdade, estava morto! Curioso, questionei Cassiano sobre os motivos de carregar um pássaro morto no bolso lateral da calça.

– É para dar sorte. – falou o adolescente, rindo da crendice que um senhor lhe contara a respeito de pássaros mortos servirem de talismã quando carregados junto ao corpo.

Sobre a origem daquele sabiá, Cassiano me contou que ele morrera numa gaiola, depois de ser pego por ele numa arapuca, dias antes. Comentei que pássaros adultos não sobrevivem presos e que precisam voar, libertos, para experimentar sua principal essência: a liberdade.

Assim, o assunto “liberdade” passou a ser tema de debates em sala de aula. Durante os diálogos envolvendo essa problemática, Cassiano contou que os animais que ele tinha em seu quintal estavam todos presos. Para constatar, fui visitá-lo. Era a primeira visita – de muitas que viriam – que eu fazia na casa do aluno. Pulei a pinguela do córrego de esgoto que corre em frente e passei pelo marco do portão de madeira.

Lançando um olhar pelo pátio, pude ver que os animais de Cassiano estavam todos presos de alguma forma. Num canto do terreno, um galo garnisé estava atado pela perna por um barbante amarrado num tronco de cinamomo. Ao fundo, atrás da casa velha, um cachorro bastante maltratado estava confinado num grande quadrado de madeira. Na entrada da porta principal da casa, um papagaio, preso numa gaiola, repetia algumas palavras ensinadas pela avó do garoto.

Para os adolescentes que cumprem medida socioeducativa (MSE) em meio aberto numa escola de passagem, a liberdade é algo demasiado caro para ser perdido por uma simples leviandade. Muitos deles já cumpriram MSE em meio fechado, sabendo, pois, que estar livre é o bem maior que eles têm na vida.

Mas eu não estava conformado em saber somente de meus alunos o que pensam sobre essa tal de liberdade. Precisava ver e ouvir alguém de quem o direito de ir e vir fora tirado. Para isso, visitei os adolescentes internos do Centro de Atendimento Sócio-Educativo Regional de Santo Ângelo (CASE). Naquela instituição, percorri os frios corredores e senti a atmosfera de desalento que habita aquele espaço. Caminhando, vi rostos surrados, ouvi murmúrios e falas de uma esperança quase desacreditada.

– É como ter asas e não poder voar. – disse-me um adolescente, relatando, ainda, sentir-se “enjaulado” naquele lugar.

Após passar por essa insólita experiência, levei o que apreendera para a sala de aula. relatei a visita que fiz aos adolescentes no CASE e falei da imagem que eles têm da prisão. Aproveitando o momento, solicitei a um aluno da escola que havia sido interno do CASE que relatasse sua experiência. As narrativas orais serviram de apoio para criar um ambiente em que pudemos refletir sobre a conduta dos alunos em sociedade e a necessidade de mudanças, bem como sobre o desejo que toda pessoa tem de ser livre.

Durante essa discussão, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi de suma importância. Em sala de aula, debatemos a essência dos artigos condizentes com os direitos – e também com os deveres – do adolescente no Brasil. O ECA serviu, grosso modo, como um instrumento de transformação, fundamentalmente no que tange ao anseio dos adolescentes em MSE por conquistar a maior das liberdades: o reconhecimento de sua cidadania e de sua pertença à sociedade. Além disso, a leitura e debate do Estatuto possibilitou que eles se reconhecessem como cidadãos plenos de direitos, sabendo a quem recorrer quando um desses direitos lhes fosse negado.

De certa forma, a “metáfora da liberdade”, tão cara para os adolescentes infratores, não deixa de soar um pouco fatalista quando analisada a fundo, principalmente se levarmos em conta as mazelas sociais e familiares das quais eles são, na maioria das vezes, vítimas.

Ao final dos debates e trabalhos práticos realizados no ambiente escolar, uma certeza ficou: a de que a liberdade é mais do que poder ir e vir na

sociedade, já que condiz, principalmente, com a experiência da cidadania no seu grau máximo. Assim, a partir da reflexão e da discussão democrática entre educador e educando, nasceu o poema O Estatuto da Liberdade, fruto das oficinas de produção de textos literários.

O Estatuto da Liberdade

Fica decretado
que a liberdade é maior que o exercício do mal.
(Só não é maior
que a prisão do abraço fraternal.)

Fica decretado
que todos somos livres,
tão livres como as águas do rio,
livres como um pássaro no firmamento.

Fica decretado
que os girassóis têm o direito
a abrir-se à sombra,
e que as bocas jamais se cansarão
de cantar a epopéia dos libertos.

Fica decretado
que a liberdade não tem cor,
partido político ou religião,
e que as nuvens são a bandeira
– do ir e vir –
a imperar aos recitais do vento.



O caso relatado por Girvani impressiona-nos, não apenas pela temática – a liberdade –, mas também pela forma como esse educador conduziu a experiência com seus alunos. A partir de um fato – um passarinho que era carregado morto por um estudante na sala de aula –, abriu-se caminho para um percurso pelo mundo da comunidade, iniciado pela visita à residência do seu aluno, seguida de outra, ao Centro de Atendimento Sócio-Educativo Regional de Santo Ângelo (CASE), onde Girvani teve a oportunidade de conhecer a realidade dos adolescentes internos.

O que observou e adquiriu nessas visitas, ele confrontou com a experiência dos seus alunos na sala de aula, tomando o ECA como documento de estudo. Ao final, o grupo produziu um poema denominado o Estatuto da Liberdade, tendo por inspiração o trabalho do poeta Thiago de Mello.

A liberdade é um bem fundamental para qualquer ser humano. Quanto

mais oportunidades os cidadãos possuírem para conhecer sua realidade, moldar seus próprios destinos, mais serão capazes de se desenvolver, se humanizar e humanizar o mundo. Trata-se de uma liberdade comprometida com o bem comum e com valores democráticos.

Paulo Freire foi o mestre que nos ensinou com intensidade a ler a palavra para conhecer o mundo. Conhecer o mundo para poder interpretá-lo e melhor atuar sobre ele. O conhecimento do mundo e da realidade não pode ser algo desvinculado do universo da sala de aula. Seus conteúdos interagem em processos constantes de significação e interpretação.

O texto reflete sobre a liberdade dos adolescentes e sua privação, assim como sobre deveres e direitos que implicam esta liberdade. O tema da liberdade percorre o caso, do passarinho morto ao poema produzido, passando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O debate sobre o texto

permitiu que os adolescentes identificassem seus direitos e deveres, reconhecendo-se como cidadãos.

Mas o que mais me impressionou foi o exercício de liberdade do professor, saindo dos muros da sala de aula, caminhando pela comunidade, visitando órgãos públicos para conhecer a realidade em que vive e trabalha. Este talvez tenha sido o maior exemplo de como um professor, ao exercer sua liberdade em conhecer o mundo, compromete-se com ele e ensina seus alunos a dele participarem de maneira crítica.

Nos últimos anos, vimos as escolas cada vez mais se fecharem para a comunidade onde estão inseridas, para seus conteúdos, para a realidade dos seus alunos, para seus problemas, para seus atores sociais. Ao mesmo tempo,

ao se fechar, a escola passa a viver em um mundo voltado para si mesmo, distante dos problemas do cotidiano e do controle social de pais e demais interessados na escola pública.

Romper as barreiras que impedem a ligação entre o universo da escola e a realidade da comunidade é fator fundamental para a aprendizagem de professores e alunos. Girvani deu um primeiro passo importante; os próximos passos seriam dados por seus alunos, ao ganharem o mundo da comunidade como experiência educativa escolar, assim como pela comunidade, ao conhecer a escola como experiência educativa comunitária.

Sérgio Haddad é educador e coordenador geral da Ação Educativa. Foi presidente da Associação Brasileira de ONGs – ABONG.

Artigos do ECA

O Estatuto da Liberdade

Art. 18 - É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 118 - A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º - A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º - A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Art. 121 - A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 1º - Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

§ 2º - A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

§ 3º - Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

§ 4º - Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º - A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

§ 6º - Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

Art. 122 - A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;


III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

§ 1º - O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a três meses.

§ 2º - Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.

Art. 123 - A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Parágrafo único. Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.



Menção honrosa

ANTES DE ENSINAR, APRENDER

Marcela Galvão Bernardi
Curitiba – PR

*Marcela é jornalista e
estudante do último ano
de psicologia na
Universidade Federal do
Paraná (UFPR).*

– Não adianta nem chamá-lo para participar do grupo, porque ele não vai.

Assim fala a professora sobre Hélio, aluno da quarta série do Ensino Fundamental de uma escola pública estadual de Curitiba (PR). O menino, que sorriu quando o convidei a participar de um dos grupos de sua turma, olha para a professora e baixa a cabeça.

Hélio é um garoto alto – mais alto que todos os alunos da escola –, de cabelos claros e olhos cor de âmbar. Através de seus olhos, é possível enxergar um brilho que mistura a inocência de uma criança com a vontade de mostrar seus desejos, de se comunicar com o mundo. Sua ficha escolar compõe-se de uma série de laudos pedagógicos e psicológicos, que formam uma verdadeira pilha de papéis. Questionadas acerca do menino, o que as professoras e a pedagoga da instituição dizem é que basta ler esses laudos para tentar entender "o mundo de Hélio". Papéis, papéis e mais papéis. Nem mesmo os profissionais que outrora o atenderam chegaram a um consenso. Pautas do transtorno global de desenvolvimento? Uma síndrome rara? Uma doença sem nome? O único ponto em comum é a conclusão: Hélio não fala com desconhecidos.

Chegando à escola, ouço uma voz grave atrás de mim e, curiosa, viro para trás. É um senhor de cabelos brancos, óculos, chinelos nos pés. Barba e bigode, também brancos, revelam uma idade mais avançada. Ao seu lado, vem Hélio.

– Tchau, pai! Dá aqui a mochila!

Ele pega a mochila da mão do pai e entra no pátio da escola. Dirige-se até a sala de aula sem falar com ninguém. Entra na sala, senta na última carteira e ali fica. A professora passa tarefas no quadro negro, faz dita-

do de palavras, explica conteúdos. Hélio continua sentado em seu lugar, olhando para o teto e para os colegas. Depois de um tempo, perto do horário do recreio, a professora pergunta:

– Hélio, você nunca faz atividade nenhuma, né? O que acontece com você, menino?

Ele olha para ela, para os colegas e baixa a cabeça. A professora continua sua aula normalmente. O sinal toca e as crianças saem correndo para o recreio. No pátio, duas delas acenam para Hélio. Ele sorri e olha para o teto. Perto de mim, uma funcionária da instituição revela que "é sempre assim, ele nunca fala com ninguém". Os grandes olhos dourados do menino viram-se para ela.

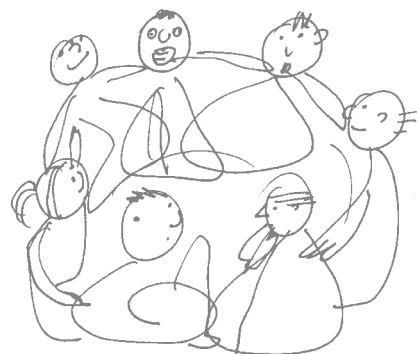
Depois de alguns dias observando o que se passava na escola, apresentei às professoras a idéia de um projeto que servisse como ponto de partida para uma escola inclusiva.

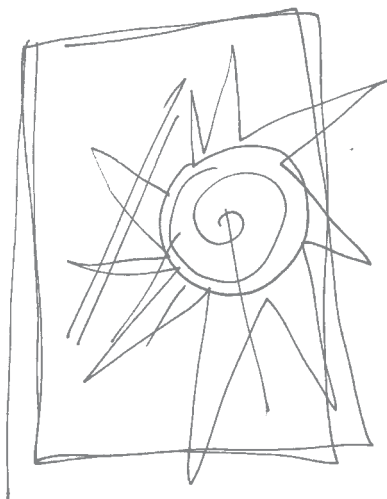
– Ué, mas a nossa escola é inclusiva. A gente tem dois alunos deficientes aqui dentro... – rebate uma delas.

Na semana seguinte, começaríamos a fazer grupos de estudo com as professoras para ler textos sobre inclusão e estudar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Com os alunos, paralelamente, seriam feitas oficinas de educomunicação – as próprias crianças produziriam um programa de rádio na escola. Para isso, obviamente, deveriam falar umas com as outras, reunir-se em grupos, escolher quem entrevistar, formular perguntas. Para ajudá-las a formularem as perguntas, as crianças receberam o ECA.

Ao longo do processo de produção do programa, os alunos reuniam-se em grupos e não deixavam Hélio de fora. Perguntavam de que grupo ele gostaria de participar e, olhando à sua volta, ele logo se dirigia a uma das equipes. Ali, ainda que não falasse, comunicava-se com os amigos pelo olhar e por gestos afirmativos ou negativos com a cabeça.

Na turma da quarta série, duas perguntas, em especial, instigaram a diretora: "Por que existe discriminação na nossa escola?" e "Toda criança tem os mesmos direitos, mas aqui existe preconceito, né?" A diretora respondeu, mas começou a perceber que algo realmente precisava ser feito





para modificar essa situação. Enquanto isso, na sala dos professores, aconteciam encontros a cada 15 dias para discutir o ECA e assuntos ligados à inclusão. Um espaço de troca de experiências e aprendizado estava se formando entre todos, o que permitia que cada professora relatasse seus medos e angústias sem constrangimento.

Foi nesse mesmo espaço que a diretora contou o episódio das perguntas dos alunos da quarta série e mostrou que, ainda que existissem alunos com necessidades especiais na escola, eles não participavam dela efetivamente. Estava surgindo, assim, uma verdadeira comunidade escolar. Não importava se a professora da terceira série não tinha nenhum aluno com necessidade especial – era dever dela também ajudar a pensar o menino Hélio e tantos outros dentro da escola. Diferentemente do habitual, as professoras passaram a cumprimentar Hélio cada vez que o viam. Diferentemente do habitual, as professoras passaram a ver o menino como um ser humano de verdade, e, como tal, alguém que ouve e entende o que os outros dizem – ainda que não responda verbalmente.

O fato é que, depois de algum tempo, Hélio aprendeu a responder "oi" e "tchau" para as pessoas dentro da escola. Também conquistou um espaço interessante, ao lhe ser permitido abraçar a pedagoga ou beijar sua professora, por exemplo. Talvez ele não soubesse, também, que era tão querido pelos colegas de sua classe, que agora falavam com ele constantemente, mesmo sem receber de volta uma resposta verbal.

Quanto ao grupo de estudos entre as professoras, ele continua a acontecer. Ainda que a escola já tenha obtido muitos ganhos com esses encontros, o trabalho nunca se concluirá. Sempre haverá algum fato novo a ser discutido ou uma situação em que a troca de idéias é válida. Com o ECA na mão e uma bagagem enorme de experiências pessoais a contar, as professoras da escola têm agora, como meta, não só ensinar, mas também se tornar um grupo que aprende.

– Tchau, Carol! – fala Hélio à pedagoga, ao sair pela porta da sala de aula e se dirigir ao pátio da escola, onde seu pai o espera.

Marta Gil

Antes de ensinar, aprender

Este caso, contado de maneira tão gostosa e aparentemente singela, sintetiza brilhantemente situações frequentes e aponta caminhos compatíveis com a realidade das nossas escolas. Alia emoção e sensibilidade ao fazer pedagógico; realça a dimensão humana da escola, que não pode se limitar aos “resultados”.

Destaco alguns pontos dessa experiência tão rica e profunda:

- *O processo de inclusão vai muito além de ter crianças com deficiência, limitação ou outra característica que as diferencie dos demais no mesmo espaço físico. Para a pedagoga Rosângela Machado, “a inclusão é um convite à recriação da realidade”; para que isso aconteça, a escola deve ser uma casa de gestão de curiosidades, onde a “eterna novidade do mundo”, como diz o escritor Rubem Alves, é parte do cotidiano.*
- *O processo de inclusão está em construção. Embora a Declaração de Salamanca, que é o marco conceitual da inclusão na educação, já tenha 14*

anos, seu conteúdo ainda não foi integralmente absorvido na prática.

- *A presença do Outro, do Diferente, traz questionamentos. É impossível ficar indiferente à sua presença. O Outro muitas vezes incomoda, justamente porque nos faz sair de nosso lugar de conforto. Ele mostra a necessidade de mudar comportamentos e estratégias – não é possível ignorar o que vemos.*

- *Ao reforçar o “não”, o que “falta”, o que “não pode”, ficamos cegos para os talentos e as capacidades. Hélio falava com o pai, mas parece que os adultos nem se davam conta de que ele tinha voz, de que sabia que ia precisar da mochila, pois estava na escola. Rótulos fazem isso mesmo: viciam o nosso olhar e só vemos o que eles nos deixam ver, que é limitado.*

- *Essa reação faz parte de nossa natureza humana: sobrevivemos como espécie, desde as cavernas, porque aprendemos a distinguir raízes e frutos comestíveis e venenosos; animais que atacam e os que podem ser domestica-*



dos; grupos de aliados ou inimigos. Mas estamos no século 21 e está na hora de rever nossas reações;

- A escola é o lugar por excelência para preparar pessoas para a vida profissional, mas, acima de tudo, para serem cidadãos e seres humanos que respeitam o Outro e valorizam a diversidade, componente da vida na Terra. Portanto, é o local adequado para aprender e exercitar esses valores e comportamentos.

- Crianças por si mesmas não têm reações de estranhamento frente ao novo. Elas aprendem isso com os adultos. Temos muito a aprender com elas.

- A estratégia adotada foi maravilhosa: ao invés de culpar a professora – o que não adiantaria nada e a deixaria constrangida e irritada com o Hélio, pois ela teria levado uma bronca “por causa dele” –, investiu na discussão e reflexão a partir do ECA e no desenvolvimento de estratégias que envolveram a todos os alunos. As oficinas de Educomunicação abriram espaço para que as próprias crianças fossem protagonistas, refletindo, discutindo e incluindo Hélio no processo.

- Ao assim fazer, foi mostrado aos professores que o processo de ensino/aprendizagem tem um ingrediente fundamental: confiança nas habilidades e no potencial. Seu colega tinha opinião, sim, apenas a manifestava de outro jeito.

- Os professores, especialmente da rede pública de ensino, muitas vezes se queixam de que não dá para fazer inclusão porque a escola é pobre, não tem equipamentos e recursos especiais. Pesquisas recentes mostram que o mais importante para fazer a inclusão acontecer não são as tecnologias, mas sim a atitude do professor e da comunidade escolar. Se o educador acredita no potencial de seus alunos, ele vai criar um ambiente propício à aprendizagem, pois vai pesquisar alternativas e respostas na própria escola, com a família e na comunidade onde a escola está.

Ao mudar o olhar, a escola toda mudou – e para melhor! Antes de ensinar, olhar!

Marta Gil é socióloga, diretora do Amankay Instituto de Estudos e Pesquisas e consultora na área de deficiência. Foi coordenadora da Rede SACI.



Art. 11 - É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. (Redação dada pela Lei nº 11.185, de 7/10/2005)

§ 1º - A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.

§ 2º - Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

Art. 17 - O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18 - É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 53 - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54 - É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

...

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

...

Artigos do ECA

Antes de ensinar, aprender

Menção honrosa

MÃOS QUE ACARICIAM NÃO BATEM. VALE A PENA ACREDITAR

Mirian Gomes da Silva Andrade
São Paulo – SP

Mirian é professora de educação infantil. Coursou pedagogia e fez pós-graduação em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pelo Laboratório de Estudos da Criança da Universidade de São Paulo (LACRI-USP).



Quando criança, aprendi que precisamos respeitar para sermos respeitados. O tempo passou, cresci e continuo acreditando nessa verdade. Hoje trabalho com crianças pequenas de até quatro anos, e tento ensiná-la a meus alunos.

Era uma tarde tão linda! O sol batia na vidraça da janela da sala de aula quando nos sentamos, eu e meus alunos, para o momento mágico que é nossa roda de conversa. Chamo de mágico, pois nele descobrimos maravilhas uns sobre os outros e aprendemos juntos.

Ana contou que viu sua avó.

Gilmar disse:

– Brinquei de carrinho.

Maria olhou bem nos meus olhos e contou:

– Minha mãe me bateu.

– Por que ela fez isso? – indaguei surpresa.

– Ela me bateu com a cinta. – continuou Maria.

– Como é? – perguntei de novo.

– Eu chorei. Queria meu pai, mas ele não estava em casa.

Quando dei por mim, aquele momento mágico tinha tomado um rumo inesperado. Ou talvez nem tanto. Outras crianças começaram a contar que seus pais também batiam nelas com o chinelo, com a cinta e com a mão... Essa conversa me encheu de tristeza. Observações que eu costumava fazer na classe sobre agressividade começavam a aparecer também na fala das crianças. No fundo do coração, eu sinto, eu sei que a criança representa o que há de melhor em nós. Se lhe oferecermos amor, ela aprenderá amor. Se lhe oferecermos violência, ela aprenderá violência. Sei disso, pois comigo e meus filhos sempre foi e continua sendo assim.

Essa questão começava a me deixar angustiada, com um sentimento de impotência que me lembrava das dificuldades de minha infância, da falta de meus pais, da vida no orfanato. De uma coisa, porém, eu tinha certeza: nunca apanhei. Mesmo no orfanato, tudo se resolvia por meio de uma boa conversa, do diálogo constante e da valorização do ser humano.

Quando pequena, fui privada de vários direitos que toda criança tem e que precisa exercer para viver dignamente. Só para ilustrar, minha mãe abandonou a mim e meus irmãos ainda muito pequenos. Eu era a caçula e tinha quase três anos, na época. Aos oito, depois de viver com meu pai em todas as favelas de São Paulo, ficando sozinha em casa sem a supervisão de um adulto, fui morar num orfanato, onde permaneci até completar 20 anos. Foi lá – isso mesmo, no orfanato – que aprendi a me conhecer, a exigir, a lutar e a fazer valer meus direitos. Lá também fui muito amada e aprendi a amar. Respeitaram-me e aprendi a respeitar. Acreditaram em mim e me valorizaram como ser humano. Cresci, estudei e encontrei meu caminho pela educação.

Por que, então, nossas crianças, tão pequenas, inocentes, indefesas, apanham de seus pais? Que pais são esses que num momento dizem “Eu te amo”, e logo depois batem nos filhos com suas mãos que deveriam acariciá-los? Esse sentimento tomava conta do meu coração. Era madrugada quando acordei e pensei: “Vamos trabalhar com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na escola.” Fui, então, imaginando como desenvolver esse assunto com os pequeninos, pois precisávamos envolver todos. Corri para o computador e escrevi.

No dia seguinte, cheguei ao trabalho com uma folha digitada na mão, sentei-me com a coordenadora pedagógica e despejei minhas idéias. Ela me olhava atenta, concordava que poderia ser interessante, mas que era preciso conversar com as outras professoras. Minha ansiedade era tanta que eu estava pronta para sair dividindo aquele meu querer com todos que encontrasse e espalhando o assunto aos quatro cantos do mundo.

Feita a reunião com todas as educadoras da escola, percebi que minha angústia era também a de minhas colegas. Todas queríamos gritar ao mundo: “Não batam em seus filhos! Eduquem!” Assim nasceu um projeto chamado “Não à Violência, pois toda criança tem direitos. Onde estão? Também nas Artes”.

Passamos a desenvolver atividades sobre os direitos fundamentais de uma criança: educação, respeito, proteção, amor, lazer, saúde, cidade-

nia, paz, alimentação, convivência familiar e comunitária. Utilizamos a arte como forma de expressão e de protesto, ou melhor, como pedido de socorro. Cada dia era uma aventura. O envolvimento das crianças no projeto foi impressionante. Elas traziam e levavam informações da escola para casa, de casa para a escola, expressando seus sentimentos por meio de canções, poemas, desenhos. Foi muito gostoso notar mudanças no comportamento delas e nas falas de seus pais. Falamos muito sobre as funções de nossas mãos. Elas criam maravilhas. Elas expressam a paz. Elas acariciam.

Marcamos um sábado de maio para comemorar o Dia da Família na Escola, no lugar do Dia das Mães. Convidamos os familiares dos alunos para tomarem café da manhã conosco e com seus filhos num centro de educação infantil. Juntos assistimos a um DVD que contava o desenvolvimento do projeto. Havia mensagens sobre o ECA espalhadas nas paredes do centro, feitas por todas as nossas crianças. Dramatizamos uma situação de conflito familiar vivida por um adolescente e seus pais, em que a falta de respeito era bastante gritante. Sentíamos a necessidade de mexer com essas famílias. Embora a situação dramatizada fosse triste, foi um momento muito lindo, seguido do depoimento de uma mãe que, com lágrimas nos olhos, revelou ter vivido muitas vezes aquela cena quando adolescente, mostrando-se preocupada com a educação de seus próprios filhos.

Foi um sábado maravilhoso. No final, convidamos todos a participarem da confecção de um grafite no muro do centro. Ficamos felizes com a presença das famílias e da comunidade. O grafite completou nosso pedido de socorro àqueles pais. Nas paredes, cada família deixou registrada sua mensagem sobre o ECA, relacionando-a com a necessidade de mudar comportamento e atitudes. As crianças ficaram radiantes de ver seus desenhos estampados no muro, mais ainda porque eles tinham sido feitos com seus familiares.

Hoje, amanhã e sempre desejamos falar mais sobre o ECA, pois esse projeto está mudando a vida de nossas crianças, de nossos educadores e, aos poucos, de nossa comunidade. Mas a sementinha que plantamos ainda precisará de muitos cuidados para que possamos continuar colhendo frutos.



Patrícia Saboya ***Mãos que acariciam não batem. Vale a pena acreditar***


A trajetória da professora Mirian Gomes da Silva Andrade, de São Paulo, não é apenas uma comovente história de vida, um exemplo de superações e vitórias contra toda sorte de dificuldades. A história de Mirian é muito mais do que isso. É uma história que mostra que, com pequenos gestos cotidianos, podemos, sim, transformar o Brasil, melhorar a vida das pessoas e, sobretudo, das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Com extrema doçura e sensibilidade, além de uma profunda vocação para uma das mais belas profissões – a do magistério –, Mirian presenteou seus alunos, as famílias deles e toda a comunidade escolar com um projeto que tem imenso potencial para mudar comportamentos, mostrando que, com informação e delicadeza, é possível combater um dos mais graves problemas da nossa sociedade: a violência em todas as suas manifestações.

O ponto de partida aconteceu, como nos conta Mirian, em um momen-

to mágico: a roda de conversas com as crianças. Era uma tarde ensolarada e, em seus relatos, os alunos começaram, um a um, a expor suas experiências de violência dentro de casa. Emocionada e preocupada, a professora não se deixou abater e partiu para a luta. Levou o problema para casa, dormiu com ele, e teve uma idéia inspiradora: trabalhar o conteúdo do ECA na escola.

Com a ansiedade, a paixão e a determinação típicas de quem ama o que faz, Mirian levou suas idéias à coordenação da escola e, rapidamente, sua empolgação contagiou a todos. Em pouco tempo, os direitos previstos no ECA, uma das leis mais avançadas do mundo no que diz respeito à proteção da infância e da adolescência, ganharam vida no dia-a-dia da escola. Crianças, pais, mães, professores e coordenadores pedagógicos se viram envolvidos em um ambiente rico, pontuado por atividades artísticas e lúdicas em torno do Estatuto.



Ao ler a história de Mirian e de seus alunos, fiquei particularmente emocionada. Isso porque a professora já está fazendo, na prática, o que propomos em um projeto de lei recentemente aprovado pelo Congresso Nacional e que, agora, apenas aguarda sanção do Presidente da República. Apresentei, logo no início de meu mandato como senadora, uma proposta estabelecendo que o conteúdo do ECA seja abordado nos currículos escolares do Ensino Fundamental do nosso País.

Sabemos que, na cruzada por melhores condições de vida para as novas gerações, a informação é uma ferramenta poderosa. Apesar de já estar em plena adolescência, o Estatuto nunca foi colocado em prática na íntegra. Por isso, acredito que o nosso trabalho no

combate a tantas mazelas que afligem a nossa sociedade deve incluir, necessariamente, a intensa difusão dos direitos assegurados pelo ECA. Não tenho dúvidas de que essa caminhada deve começar pela escola, como nos indica, com maestria, a nossa querida professora Mirian Gomes da Silva Andrade. Como pedagoga, fico muito feliz em dizer: parabéns, Mirian. Tenho orgulho de ser sua colega de profissão. Que seu exemplo sirva de inspiração a tantas outras guerreiras e guerreiros que sonham e lutam por um Brasil melhor, mais humano e mais justo.

Patrícia Saboya é pedagoga e senadora pelo PDT do Ceará. No Senado, coordena a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Artigos do ECA

**Mãos que
acariciam não
batem. Vale a
pena acreditar**

Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 13 - Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Art. 70 - É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 101 - Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - abrigo em entidade;
- VIII - colocação em família substituta.

Parágrafo único. O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

Índice remissivo - Artigos do ECA

Art. 3º	61, 104	Art. 59	104
Art. 4º	53	Art. 60	61
Art. 5º	39, 68, 125	Art. 70	32, 125
Art. 6º	91	Art. 71	75
Art. 7º, inciso XXXIII, CF	61	Art. 86	32, 84
Art. 7º	46, 97	Art. 87	61
Art. 10	53	Art. 88	84
Art. 11	97, 118	Art. 92	26
Art. 12	46	Art. 98	39
Art. 13	39, 125	Art. 101	39, 125
Art. 15	32	Art. 112	75, 91
Art. 16	32, 104	Art. 118	75, 91, 111
Art. 17	118	Art. 119	91
Art. 18	111, 118	Art. 121	111
Art. 19	26	Art. 122	111
Art. 22	68	Art. 123	111
Art. 23	26	Art. 131	39, 68
Art. 24	26	Art. 135	39
Art. 53	53, 84, 91, 97, 118	Art. 136	68
Art. 54	61, 84, 97, 118	Art. 155	26
Art. 55	53		
Art. 58	104		

Este livro foi composto em The Sans Semi Light e impresso em papel Reciclato da Suzano pela Gráfica e Editora Makrokolor para a Fundação Telefônica em Outubro de 2007.

Tiragem 5.000 exemplares.

Disseminar o potencial transformador do Estatuto da Criança e do Adolescente é o principal objetivo deste livro. Os Causos do ECA são como aqueles contos de fadas que falam de abuso e reparação. Aqui, a realidade é narrada para ser reparada e, assim, se tornar mito de heróis. Por isso, o destino dos causos é a partilha. Ao serem lidos e contados na escola, ao redor da mesa do café, na reunião comunitária, na rua, eles podem dar novos sentidos ao mundo, esse imenso espaço de aprendizagem.

Cada caso vem acompanhado por um comentário. Saiba quem são os comentaristas desta edição: **Antonio Carlos Gomes da Costa, Antônio Fernando do Amaral e Silva, Auro Danny Lescher, Gabriel o Pensador, Heródoto Barbeiro, Karyna Sposato, Maria Cecília Moura, Maria de Lourdes Trassi Teixeira, Maria do Carmo Brant de Carvalho, Marta Gil, Patrícia Saboya, Paula Miraglia, Renato Aragão, Renato Mendes e Sérgio Haddad.**

Iniciativa



prómenino

Gestão Executiva



Parceiros

